UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

CENTRO DE HUMANIDADES

UNIDADE ACADÊMICA DE HISTÓRIA

LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

LITERATURA COMO MEIO DE RESISTÊNCIA CULTURAL E DESCOLONIZAÇÃO EPISTEMOLÓGICA: COLONIALISMO, COLONIALIDADE E DESCOLONIZAÇÃO NA OBRA "MEU PEQUENO PAÍS" DE GAEL FAYE

VITÓRIA GALDINO DA SILVA

CAMPINA GRANDE - PB

MAIO DE 2024

VITÓRIA GALDINO DA SILVA

LITERATURA COMO MEIO DE RESISTÊNCIA CULTURAL E DESCOLONIZAÇÃO EPISTEMOLÓGICA: COLONIALISMO, COLONIALIDADE E DESCOLONIZAÇÃO NA OBRA “MEU PEQUENO PAÍS” DE GAEL FAYE

Monografia apresentada à Unidade Acadêmica de História do Centro de Humanidades da Universidade Federal de Campina Grande - Campus I, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada em História.

Orientador: Prof. Dra. Silêde Leila Cavalcanti

CAMPINA GRANDE - PB

MAIO DE 2024

LITERATURA COMO MEIO DE RESISTÊNCIA CULTURAL E DESCOLONIZAÇÃO EPISTEMOLÓGICA: COLONIALISMO, COLONIALIDADE E DESCOLONIZAÇÃO NA OBRA "MEU PEQUENO PAÍS" DE GAEL FAYE

Monografia apresentada à Unidade Acadêmica de História do Centro de Humanidades da Universidade Federal de Campina Grande - Campus I, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada em História.

_____

Profª. Drª. Silêde Leila Cavalcanti

Orientadora - Departamento de História da UFCG

_____

Prof. Dr. Alarcon Agra do Ó

Departamento de História da UFCG

_____

Prof. Dr. Lucas Gomes de Medeiros

CAMPINA GRANDE - PB

MAIO DE 2024

RESUMO

Este trabalho analisa o romance "Meu Pequeno País" de Gael Faye sob uma ótica decolonial, explorando como a narrativa do autor franco-ruandês aborda questões de colonização, descolonização e colonialidade, especialmente através da memória. O romance serve como um meio pelo qual Faye, considerando-se um agente histórico, reflete sua experiência com a colonização e sua identidade complexa através de um alter-ego. O livro é notavelmente construído a partir das memórias pessoais do autor, desafiando representações estereotipadas e constantes de experiências vividas. Utilizando conceitos de Stuart Hall sobre identidade fragmentada e as táticas de resistência cotidiana de Michel de Certeau, o estudo visa entender como as memórias pessoais de Faye, analisadas através da perspectiva de memória de Pollock, contribuem para uma narrativa que subverte estereótipos do passado. Além disso, este trabalho faz um vislumbre sobre a literatura pós-colonial e de resistência destacada nas obras de Frantz Fanon e Chinua Achebe para aprofundar a discussão sobre a descolonização, destacando como a literatura pode ser um instrumento de resistência e reconstrução identitária em contextos pós-coloniais dentro do texto de Faye. A análise pretende elucidar como "Meu Pequeno País" não só oferece uma perspectiva única sobre a história, mas também posiciona Faye como protagonista ativo na desconstrução de narrativas preconcebidas, refletindo a complexidade dos sujeitos pós-coloniais, cujas identidades são fragmentadas e continuamente moldadas pelos legados da colonização e pela persistente colonialidade.

Palavras-chave: Literatura pós-colonial; Colonização em Ruanda; Memória; Colonialidade e identidades culturais;

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Rei Musinga e suas esposas em vestimentas tradicionais, 1930……...……..20

FIGURA 2 H.M. King Kigeli V Ndahindurwa com oficiais belgas, último Rei Ruandês…..21

LISTA DE SIGLAS

FPR - Força Patriótica Ruandesa

FLIP - Feira literária de Paraty

SUMÁRIO

Introdução……..……..7

Capítulo 1 - A colonização histórica de Ruanda e seus desdobramentos na fragmentação das identidades culturais……...……..11

1.1. Identidade cultural no processo de colonização……11

1.2. A miséria humana e ética do processo colonizador: subalternidade e resistência……14

1.3. A colonialidade como projeto de eliminação do sujeito colonizado: disputas étnicas entre os hútus e os tútsis……..….19

Capítulo 2 -Literatura como meio de resistência cultural e descolonização epistemológica: reflexões sobre literatura pós-colonial e identidades reconstruídas…….24

2.1. A literatura identitária e a nova dimensão da memória……24

2.2. Identidade fragmentada na descolonização: a missão decolonial da literatura pós-colonial…….……30

2.3. Meu pequeno país: uma literatura que subverte a estratégia da redefinição…….…….….35

Capítulo 3 - Possibilidades de resistência epistêmica e práticas descolonizadoras na obra "Meu pequeno país" de Gael Faye…….…….……..40

3.1. O que é o Meu pequeno país?.....40

3.2. A visão de Faye sobre a fragmentação no romance…….……49

3.3. A relação entre a identidade fragmentada da Gaël Faye e a produção do romance……...…….53

4 - Considerações Finais……..56

5 - Referências……. 58

INTRODUÇÃO

A percepção de como o consciente molda a identidade a partir de memórias é um aspecto crucial que emerge das seleções feitas pelo próprio sujeito sobre o que ele considera parte de si. Notoriamente, a memória, na perspectiva de Nora (1984), - no sentido de uma memória consolidada e que não pertence somente a um indivíduo e também anterior e pertecente a história - e as seleções feitas por essa não são pontos aleatórios definidos de forma desorganizada, mas aspectos formados por acontecimentos vividos e acontecimentos vividos por tabela, sendo influenciadas pela língua, costumes e cultura como produtores de uma identificação coletiva, tão logo delimitam a forma geral como cada membro de um determinado grupo pode enxergar a comunidade, mesmo que com suas singularidades. Ademais, sob a visão de Halbwachs (2002) - embora discorde de Nora no sentido da relação entre a memória e a história - a memória coletiva construída coletivamente traz o sentimento de pertencimento e de igualdade em relação a um grupo, mesmo que ao ouvir a narração de diferentes membros do mesmo grupo possa haver alterações, os marcos principais devem permanecer. Esses marcos principais, são o que gera o sentimento de igualdade e de identificação, é algo pelo qual as pessoas podem identificar-se umas às outras e defini-las dentro de determinadas características. A associação da memória e da identidade se constitui de forma quase mútua, sendo interessante perceber os fatores transmitidos às próximas gerações para realizar a manutenção dessa memória, bem como da identificação, a ponto de que "a pessoa nem sempre participou [*dos acontecimentos*], mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não." (POLLAK, p. 201, 1992).

Nesse sentido, tendo em vista o lugar que a literatura cria para as memórias, como descrito por Nora (1984), este trabalho irá se debruçar sobre o livro "Meu pequeno país" - a fonte principal desse trabalho - de Gael Faye para entender uma parte da história do autor e a sua descrição sobre a sua infância em um ambiente multifacetado pelo colonialismo, também marcado por uma quebra de identidades modernas e das relações que se segmentam no sentido de reformular essa identidade e relacioná-las com as suas memórias em um processo de entendimento. Posto que, a história de "Meu pequeno país" delimita uma comunidade africana que já vivia em um momento de descolonização, mas que ainda sofria com os aspectos do que Quijano (2005) descreve como colonialidade, não superando a cultura que o

colonizador criou e a divisão feita entre etnias que viviam dentro do mesmo território e tinha as mesmas práticas. A mudança de um paradigma em relação a ser quem eram foi um fator determinante para que as etnias continuassem em conflito, mesmo após o colonizador se afastar do local que tinha sido explorado por ele. A ação de que, como Césaire (2010) aponta, a colonização não é feita de forma inocente, ela é constituída para desumanizar até o homem mais civilizado e isso é feito sob diversos pretextos, podendo ser eles religiosos ou de caráter civilizador, porém ainda assim com o intuito de extrair da comunidade colonizada os artigos que se ligam às necessidades das nações imperialistas e colonizadoras. O projeto colonizador não só modifica a percepção e mentalidade do sujeito ao qual é infligido essa violência, mas também transforma o indivíduo que empreende e desenvolve esse projeto. Em outros termos, ao fundamentar um projeto colonizador, mesmo que as justificativas se baseiam em religião ou progresso sob a perspectiva positivista, os agentes colonizadores sempre são os que se interessam por acumulações de riquezas e de sucesso próprio.

Pensando a questão da consolidação do projeto colonizador, Certeau (2002) surge com os conceitos de estratégia e tática, que serão apropriados nessa análise, para exemplificar a relação de poder contida entre um grupo dominante e outro dominado no que se refere a colonialidade as práticas decoloniais, inseridas inclusive na narrativa do romance e no ato político que abrange o livro para fora dos seus limites. No contexto da colonização, podemos entender a estratégia como as formas desenvolvidas para desestruturar o governo local e dividir a população, além da exploração e da posterior dominação, sejam pelos meios políticos, econômicos ou culturais. Por outro lado, as táticas são as formas encontradas pelos colonizados para resistir à imposição ideológica criada pelo colonizador, apesar de que essas táticas não mudam completamente o rumo da estratégia - leia-se projeto colonizador - entretanto dão uma perspectiva que pode desviar, mesmo que minimamente, o que antes tinha sido postulado. O notório é que, como Césaire apontou, a colonização transforma tanto colonizador, quanto colonizado. Nesse sentido, no que se refere a descolonização narrada por Faye, os aspectos do último colonizador de Ruanda - o colonizador francês - são modificados a ponto do mesmo ainda acreditar que é superior a outra etnia na qual convive, mas se relacionar com uns que aparentam ter o aspecto de civilidade ou que eles consideram mais próximos do colonizador europeu do que da etnia de origem.

Tendo isso em vista, um outro objetivo relevante desse trabalho é fazer uma leitura da obra de Gaël Faye é relacionar as memórias do autor e a dimensão ficcional para entender a realidade vivida por ele, um ponto de destaque é perceber que ao transformar as suas

memórias em uma história ficcional Faye operacionalizou a sua identidade fragmentada pelo deslocamento do seu centro. Além disso, ele também consegue delimitar uma tática por meio da constituição do romance dentro da estratégia colonial para a sua própria história, o feito cotidiano de narrar e relembrar e com isso propor uma nova realidade é constituída em seu livro como forma de denúncia a modernidade e as mudanças causadas em sua comunidade, ele próprio é um indicador de mudança em um conjunto social, apresentando uma anomalia da modernidade, que por não ser comum é rejeitada, porém, inevitável dentro do contexto percebido por ele a partir da narração de suas experiências pelo alter ego do seu personagem principal em relação a conflitos étnicos, falta de pertencimento e identificação. Sinalizando que é possível que, com isso, o sujeito que foi colonizado possa descolonizar a partir de um instrumento narrado e dar mais um lugar para a memória, o fato de lembrar e reorganizar essa memória abre um caminho para que a identidade do autor seja percebida por outra forma, reconhecer o que aconteceu dá espaço para o entendimento de si e do que está ao seu redor, não esquecendo as mudanças realizadas pela própria comunidade nos modos de fazer, mas entendendo essas mudanças e propondo uma contra visão da memória do colonizador e fazendo usos da língua desse para constituir uma leitura descolonizadora - ou seja, uma leitura que vai no sentido oposto da leitura oficial divulgada pelos colonizadores e seus mebros - do que foi e ainda é a experiência dele.

Para constituir essa análise crítica do romance e de sua relação com a memória e identidade, no capítulo 1 será apresentado neste trabalho alguns aspectos da colonização realizada em Ruanda no século XX e como isso mudou as formas de se relacionar entre as etnias tutsi, hutu e twa, tal como o projeto colonizador Alemão e Belga fez com que surgisse um conflito entre essas etnias, sobretudo envolvendo tutsi e hutu que eram a maioria dentro do território ruandês. Observando como a identidade foi deslocada dentro desse processo e como o seu centro deu lugar a novas perspectivas, além de alimentar um novo processo de identidade cultural dentro da modernidade e da descolonização desse espaço. Tendo em vista como esse ponto é crucial para entender os motivos que levaram à constituição sensível do autor ao mundo sobre a sua forma de se entender enquanto sujeito fragmentado, assim como a sua forma de expressar isso na literatura é uma forma que remete a essas memórias criadas e a reestruturação dessa identidade, bem como da memória coletiva entre os membros do grupo que rodeavam ele. Assim, entendendo a construção do projeto colonizador como um aspecto que levou a fragmentação da identidade ruandesa e francesa nesse espaço, bem como os seus principais destaques. É importante destacar que com isso não se pretende fazer uma

história de Ruanda, mostrando todas as fases da relação entre tútsis e hútus e dos seus conflitos, mas uma análise crítica sobre a relação da colonização com a fragmentação da identidade e a forma tática de reconstruir essa identidade.

Outrossim, também como objetivo desse trabalho, no capítulo 2, serão discutidas as possibilidades da construção de uma identidade a partir da literatura, observando que esse pode ser um lugar de memória. Ao se debruçar sobre a literatura, visa-se esmiuçar as relações entre a literatura e a identidade do sujeito, além de perceber que a criação por meio das palavras gera um novo ambiente onde é possível reconstituir as memórias do criador. Inserindo nesse debate, a construção e perspectivas de outros autores pós-coloniais e decoloniais, com Chinua Achebe, para entender a base de Faye para propor uma literatura pós-colonial com o seu romance.

Por fim, como último ponto discutido, no capítulo 3, o romance “Meu pequeno país” será analisado a partir de trechos da obra para entender a ótica de que é um romance constituído para dar significado a uma identidade fragmentada e denunciar a barbárie da colonização. Tal como, a narrativa propõe uma reflexão sobre a modernidade e ao que ela se destina, destacando os aspectos da colonização como uma consequência da modernização e revendo velhos hábitos em relação à percepção da família e da sociedade se ligando às novas propostas para esses dois ambientes.

Ademais, é importante destacar que a obra literária será vista para além dos limites do livro e como fonte principal para toda essa discussão, ou seja, percebendo a sua relação com a realidade e a todos os fatores que levaram a mesma a ser realizada, haja visto que ela é uma reflexão sobre a vida e a identidade do autor sobre um momento que ele compartilhou com outras pessoas em um contexto histórico, bem como tenta ressignificar essa experiência para transformá-la em uma denúncia e também uma reconstrução de sua própria identidade deslocada. Com isso, será visto a sua relevância para identificar e fazer parte de uma decolonialidade sobre a sua própria existência no mundo, continuando uma tradição tática de falar sobre a sua história e pertencimento. Seguir essa perspectiva é entender que o livro é uma extensão da mentalidade de um sujeito fragmentado, visto que a sua subjetividade é inserida dentro desse romance, logo é criado por ele uma outra dimensão para criar uma nova percepção sobre a sua identidade e a constituição desta, fazendo com que o leitor externo possa entender a complexidade das ações tomadas pelo colonizador, a relação entre

colonizadores e colonizados e os processos de descolonização e a colonialidade marcante após o rompimento oficial entre duas subjetividades, além das consequências dessa relação.

Capítulo 1 - A colonização histórica de Ruanda e seus desdobramentos na fragmentação das identidades culturais

1.1. Identidade cultural no processo de colonização:

O conceito de identidade cultural de Hall (2019) é uma descrição fundamental que explica o que molda e define as comunidades, fornecendo uma estrutura de significado e pertencimento para os indivíduos que fazem parte delas. Ela permeia todas as esferas da vida coletiva, desde as práticas cotidianas até as expressões mais profundas de identidade e pertencimento. Essa relação entre identidade cultural e comunidade é profundamente íntima, influenciando os modos de vida e os valores que orientam as interações sociais. Os costumes, tradições e rituais de uma sociedade são todos reflexos da sua identidade cultural, moldados pela história, pelo território, pela linguagem e pela memória coletiva. A linguagem desempenha um papel crucial na expressão e transmissão da identidade cultural, servindo como veículo para a preservação de tradições, mitos e histórias compartilhadas. Através da linguagem, os membros de uma comunidade reafirmam sua conexão com suas raízes culturais e fortalecem os laços que os unem. Além disso, a memória coletiva desempenha um papel essencial na manutenção e renovação da identidade cultural de uma comunidade. As experiências passadas, os eventos históricos e as narrativas compartilhadas moldam a compreensão que os membros de uma sociedade têm de si mesmos e do mundo ao seu redor. Os aspectos que constituem o sujeito como parte de um grupo com tradições incluem não apenas as práticas culturais tangíveis, mas também as crenças, valores e normas que orientam o comportamento e as relações sociais. Esses elementos contribuem para a coesão social e para a construção de uma identidade compartilhada, que fortalece o sentido de pertencimento e solidariedade dentro da comunidade.

O espaço do cotidiano desempenha um papel fundamental na construção e reafirmação da identidade cultural de um sujeito e na coesão da vida coletiva de uma comunidade. Conforme destacado por Michel de Certeau (2002), as práticas cotidianas, muitas vezes aparentemente simples e banais, são carregadas de significados culturais e simbólicos que ajudam a definir quem somos e como nos relacionamos com os outros. Esses símbolos do dia-a-dia não só reafirmam a identidade cultural individual, mas também servem como pontos de conexão entre os membros de uma comunidade. Eles podem representar uma

linguagem compartilhada, uma memória coletiva que une as pessoas em torno de tradições, valores e formas de vida comuns. No entanto, em contextos de colonização, como o caso de Ruanda, essas identidades culturais tradicionais enfrentam desafios significativos. A interferência externa dos colonizadores, com sua imposição de valores, normas e práticas culturais estrangeiras, causou um deslocamento dessas identidades tradicionais. Elementos que antes eram centrais para a identidade cultural das comunidades locais foram questionados, reinterpretados ou mesmo suprimidos em favor da cultura dominante imposta pelos colonizadores, isso pode ser classificado como o deslocamento "uma estrutura deslocada é aquela cujo centro é deslocado, não sendo substituída por outra, mas por "uma pluralidade de outros de poder"" (LACLAU, 1990 apud HALL, p. 16, 2019).

No que se refere a introdução de uma nova cultura e um deslocamento do centro de uma identidade, essa transformação não ocorreu de maneira passiva. Assim como Certeau (2002) argumenta, as práticas cotidianas foram espaços de resistência e adaptação. As pessoas encontraram maneiras de preservar elementos de sua identidade cultural por meio de suas práticas diárias, mesmo sob a pressão da colonização. Essa resistência pode assumir muitas formas, desde a preservação de tradições orais até a subversão das normas culturais impostas. Portanto, o espaço do cotidiano não apenas reflete a identidade cultural de um povo, mas também é um local de luta e negociação onde essa identidade é constantemente reafirmada, contestada e reconstruída em resposta às influências externas. Nesse sentido, a história de Ruanda, como a de muitos outros países colonizados, ilustra essa complexa interação entre identidade cultural e colonização, destacando a resiliência e a adaptabilidade das comunidades locais diante de desafios tão significativos. Essa adaptabilidade entre os ruandeses destaca também as suas crises internas e a construção de um colonizador interno que aderiu a uma nova cultura pensando em modernizar, sob a perspectiva deles, a identidade ruandesa constituída pelos costumes e estratificações tutsis, notoriamente, levando a identidades que entraram em conflito e tiveram os seus centros deslocados, assim levando a práticas cotidianas que diferiam do que era culturalmente feito por eles no dia-a-dia.

Nesse processo de uma identidade interferida, nasce uma identidade que não possui somente um centro mas vários. Esse deslocamento que dá lugar a novos centros impacta diretamente nos modos de fazer do cotidiano, pois a linguagem ganha novos significados, a memória coletiva é transformada a partir de suas seleções (esquecimentos) e a cultura ganha novas dinâmicas. Assim, "o sujeito, previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado - composto não de uma única, mas de várias

identidades, algumas vezes contraditórias ou não-resolvidas" (HALL, p. 12, 2019). A fragmentação do que antes compunha um sujeito completo e com significado dentro de sua comunidade, abre espaço para um sujeito que não pertence mais a identidade tradicional, nem a identidade que foi introduzida no centro da primeira, mas de uma nova identidade que pode ou não ser contraditória e resolvida. Esses deslocamentos, na realidade ruandesa do início do século XX se expressa entre ambas as etnias envolvidas nos grandes conflitos étnicos da época, para os hutu tinha sido reservado um lugar de serventia, enquanto para os tutsi tinham sido impostos aspectos de um sujeito europeu, quando este não o era. A transformação mental desses sujeitos por meio do processo colonizador mudou a estrutura da sociedade e com isso mudou-se também a situação entre a sua identidade tradicional e essa identidade deslocada que foi contraditória, principalmente sob a percepção dos próprios grupos sobre quem eles eram e como se relacionavam.

A interação entre colonizador e colonizado é um processo complexo que transcende as fronteiras físicas e temporais, deixando um legado duradouro que molda as identidades e as relações entre os envolvidos. No contexto específico de Ruanda, essa relação foi marcada por dinâmicas de poder desiguais, onde o colonizador europeu impôs sua autoridade sobre os grupos étnicos locais, como os tutsis, os hútus e os twas - sendo a principal diferença entre eles as suas características físicas, esses com estatura menor e geralmente conhecidos como pigmeus, estes sendo de estatura média, nariz largo e corpo largo também e aqueles tendo a maior estatura, nariz e traços faciais mais finos e geralmente associados ao traços europeus ou mais evoluídos dentro da lógica de teorias raciais e racistas. Inicialmente, o discurso do colonizador reforçava uma visão de superioridade cultural e racial, justificando assim sua dominação e exploração dos territórios colonizados. No entanto, à medida que o contato entre colonizador e colonizado se intensificava, ocorriam mudanças significativas nos discursos e nas práticas adotadas por ambas as partes. O colonizador, ao reconhecer certas semelhanças culturais ou características desejáveis nos grupos locais, começava a abrir espaço para sua integração ou assimilação, especialmente em relação aos tutsis, que eram percebidos como mais "civilizados" ou "europeizados" pelos colonizadores.

Essa abertura para os tutsis, no entanto, muitas vezes resultava em tensões e conflitos dentro da própria sociedade ruandesa, exacerbando as divisões étnicas e sociais preexistentes. A política de "dividir para conquistar", adotada pelos colonizadores, semeara sementes de ressentimento e desconfiança entre os diferentes grupos étnicos, o que viria a ter consequências devastadoras no futuro. O genocídio em Ruanda, perpetrado em 1994, foi o

culminar dessas tensões e divisões, alimentadas ao longo de décadas de dominação colonial e manipulação política. A violência e a brutalidade desse evento chocaram o mundo e evidenciaram as profundas feridas deixadas pela colonização e pelo imperialismo. No entanto, é importante reconhecer que, apesar dos horrores do genocídio, a relação entre colonizador e colonizado também provocou mudanças nas percepções e nas identidades de ambos os lados. O contato, mesmo que muitas vezes violento e opressivo, também proporcionou oportunidades para a troca cultural e o desenvolvimento mútuo. Os colonizados não eram apenas passivos receptores da cultura do colonizador, mas também agentes ativos que reinterpretavam e resistiam às imposições externas, muitas vezes mantendo suas tradições e identidades culturais de maneiras criativas e adaptativas.Assim, a relação entre colonizador e colonizado em Ruanda, como em muitas outras partes do mundo, é um exemplo complexo de interação humana, marcada por poder, resistência, adaptação e, em última análise, transformação.

1.2. A miséria humana e ética do processo colonizador: subalternidade e resistência:

A colonização em Ruanda no século XX ocorreu em três fases distintas. Inicialmente, o território foi controlado pela Alemanha, que posteriormente cedeu o controle para a Bélgica após a Primeira Guerra Mundial em virtude da redistribuição de territórios colonizados pela Alemanha como indenização pelas violências da guerra. Durante o domínio belga, políticas coloniais exacerbaram as tensões étnicas, favorecendo a elite tutsi em detrimento da maioria hutu, essas tensões étnicas já vinham sendo desenvolvidas desde o domínio alemão no território. A França, embora não tenha colonizado Ruanda diretamente, desempenhou um papel significativo ao apoiar a elite tutsi no poder e contribuir para a divisão étnica. Essa influência francesa persistiu após a independência de Ruanda, moldando sua política e dinâmica étnica ao longo do século XX. Nesse sentido, embora os três colonizadores tenham provido o colonialismo e o imperialismo dentro de Ruanda, cada um deles agiu de uma forma diferente, mesmo que elas se liguem em alguns aspectos, e de maneiras que moldaram e contribuíram para o deslocamento da identidade cultural dos grupos internos, por isso cabe um breve contexto sobre esses diferentes momentos em Ruanda para melhor exemplificar o que fragmentou essa identidade.

Ruanda, diferentemente de outros países africanos, só passou a ter contato com povos europeus a partir do final do século XIX e isso foi intensificado após a Conferência de Berlim

- é importante destacar que o território já vinha sendo observado e alguns contatos já tinham sido feitos, mas a invasão militar só foi feita após o território ser designado para a Alemanha. Durante esse período, o território foi utilizado majoritariamente pelo colonizador para a plantação de café, o que determina um impacto nos arranjos laborais locais, visto que essa não é uma cultura local, nem servia para o tipo de agricultura praticada pelos grupos étnicos de Ruanda. Ademais, para maximizar a sua produção, o colonizador alemão inseriu o trabalho forçado dos povos do território e fez a manutenção disso a partir da cobrança de imposto e leis alemãs, bem como utilizou teorias raciais e racistas para dividir os povos e manter uma colonização indireta, tornando os tutsi a raça superior entre as etnias que conviviam em Ruanda, dado a sua estrutura física, traços faciais e o seu desempenho já organizado como um dos mais proeminentes no sentido de reter bens e criar estruturas de poder para governar tanto tutsis como hutus mais desfavorecidos economicamente. Se ligando a essas formas de realizar a manutenção da estrutura criada pela Alemanha, a religião cristã, sobretudo na via católica, foi inserida na estrutura desse território e missões evangelizadoras foram feitas para a conversão, nesse ponto vale destacar uma das características da colonização, que é repudiar a cultura do outro e implantar a sua própria com a premissa de civilidade ou de modernização de povos "selvagem", no caso de Ruanda o fado do homem branco de governar o "selvagem" foi atribuído a etnia tutsi devido a sua semelhança física com o colonizador alemão e ao interesse desse colonizador em manter um controle interno, também dividindo e acirrando a relação étnica interna.

De modo geral, a partir das descrições de Fonseca (2016) a Alemanha não teve tempo suficiente para concluir o seu processo de destruição da cultura e da identidade de Ruanda, mas durante o período médio no qual esteve dominando conseguiu implantar o ensino de sua língua para as elites, fazer classificações de superioridade entre as etnias, mudar as formas de trabalho e expandir a sua produção em virtude da exploração local. Isso resulta em um início da fragmentação dos sujeitos, ainda que não seja tão marcante quanto a colonização subsequente, a colonização feita pela Alemanha não é inferior à colonização Belga, pois tem impactos semelhantes no que se refere a desestruturação de estruturas locais e inicia Ruanda em um processo de modificação quanto a aspectos que marcam uma cultura e identidade, conforme a linguagem e os símbolos, que são pontos que são construídos ao longo do tempo e que possuem significações próprias que remetem a classificações internas e memórias voluntárias do cotidiano. Assim como a exploração do território e a sua contribuição para a

obsolescência, no sentido da produção e nas formas de trabalho interno, são outros pontos que rompem com uma tradição familiar, tão logo cultural dentro da comunidade.

Outrossim, após a derrota da Alemanha na 1ª Grande Guerra, o território de Ruanda, assim como o do Burundi, foi redistribuído para a Bélgica, que deu continuidade ao que a Alemanha já tinha iniciado no país. A colonização Belga foi agressiva no que se refere a dividir internamente os individuos e inflar as tensões entre tutsi e hutu, visto que foi explicitado que os tutsi eram mais próximos da gente branca do que das pessoas negras, impelindo que a única coisa de negros que eles tinham era a cor da pele, por isso, eles estavam destinados a governar. Em um documento oficial produzido pelo colonizador belga em 1925 é refletido a postura desse colonizador em relação aos tutsis:

> "Os tutsi são outra gente. Fisicamente, eles não têm uma semelhança com os hutus, exceto, evidentemente, alguns "declassés" (desclassificados) cujo sangue não é mais puro. Mas, os tutsis de boa raça possuem, além da cor, nada de um negro. As características físicas recordam numa maneira inquietante o perfil da múmia de Ramsés II. Os tutsis foram destinados a governar [...]. De onde estes conquistadores vieram? Eles não são Banto, isso é muito certo. Mas a sua linguagem é a do país, claramente banto, sem qualquer vestígio de infiltração em relação à sua origem." (MAMDANI, 2002, p. 302 apud FONSECA, 2016, p. .209)

Esse aspecto fez com que os tutsis se transformassem nos chefes locais em favor da colonização. Destaca-se ainda a intensificação da opressão sob os hutus a partir da conversão do monarca tutsi ao catolicismo e também da criação de carteiras de identificação para evidenciar a etnia a qual a pessoa pertencia, sua cor e idade - ponto que criou as raízes para que fosse feito o Manifesto Hutu em 1957 para exigir direitos para essa etnia e a expulsão do colonizador local do território de Ruanda para outras localidades, como o Burundi. Em consequência da realidade vivida pela participação na 2ª Grande Guerra, Ruanda, bem como outros países africanos, buscou a sua própria independência e em 1962 alcançou essa independência oficial, embora tenha mantido laços com os belgas no sentido político, econômico e cultural depois desse rompimento, assim como manteve com os franceses que começaram a expandir o seu imperialismo.

Após o período de descolonização em 1962, surgiu uma nova discussão política entre os grupos, sobretudo hútus, acerca de qual forma de governo adotar e qual língua tornar oficial, de um lado existiam os que queriam voltar a tradição da cultura Banto e de outro os

que queriam estruturar a nação de acordo com a cultura do colonizador, adotando a sua língua e forma de governar. Notoriamente, o modelo adotado pelo governo foi o do colonizador e nesse ponto já se percebe uma modificação significativa em relação a identidade deslocada desses sujeitos, posto que ao utilizar a cultura inserida pelo colonizador, essa é transmutada em uma parte identitária e cultural da própria comunidade. Em contrapartida, utilizar a língua do colonizador para falar de si próprio é uma forma de reinventar e reconstruir essa identidade fragmentada, é falar da sua cultura de uma nova forma e adequando essa linguagem as necessidade do ato de contar uma história que antes só existia ou não tinha sido organizada para ser contada de um ponto em que poderá transmitido para os novos participantes dessa sociedade, sejam eles partes da nação colonizadora ou da nova nação independente, além de criar um novo idioma, que passa a ser próprio e não mais do colonizador ou do colonizado, mas do fragmentado.

Embora a perspectiva decolonial tenha sido adotada por alguns grupos em Ruanda após a independência do país em 1962 e mais fortemente na década de 70 a partir de críticas ao Governo local e as diferenciações étnicas como uma tentativa de redefinir a identidade nacional e superar as divisões étnicas historicamente inflamadas pelo colonialismo, outros grupos assumiram uma postura de extremismo. Esses extremistas, tanto hutus quanto tutsis, buscavam promover seus interesses políticos e étnicos de maneira radical, muitas vezes às custas da estabilidade e da segurança do país. Um exemplo marcante desse extremismo foi o surgimento de grupos hutus que almejavam representatividade política e igualdade para sua etnia, que historicamente havia sido marginalizada pelo governo tutsi. Esses grupos viam a emancipação política e social dos hutus como um passo necessário para corrigir as injustiças do passado e construir uma nação verdadeiramente inclusiva. No entanto, algumas facções extremistas dentro desses grupos adotaram uma abordagem violenta e discriminatória, promovendo retaliações contra os tutsis e incitando o ódio étnico como uma forma de consolidar o poder hutu. A situação entre o colonizado e o colonizador interno, que é um parte da própria Ruanda, é distorcida pelo colonialismo a ponto da etnia tutsi ser considerada também estrangeira e ser posta como o colonizador que deveria ser expulso para que pudesse acontecer um processo de descolonização, como Memmi destaca:

> “A colonização distorce as relações, destroi ou petrifica as instituições e corrompe os homens, tanto colonizadores quanto colonizados. Para viver, o colonizado necessita pôr fim à colonização. Para se fazer homem, precisa pôr fim ao ser colonizado que veio a se transformar. Se o europeu deve

> aniquilar o colonizador que carrega dentro de si, o colonizado deve elevar-se acima de seu ser colonizado.” (MEMMI, 1965, p. 194-195 apud SANTOS, 2022, p. 26.)

Por outro lado, o próprio governo hutu, liderado pelo presidente Juvénal Habyarimana, promoveu políticas discriminatórias e opressivas contra os tutsis e outros grupos étnicos minoritários na década de 70, intensificando o exílio desse grupo etnico de Ruanda que já vinha acontecendo há pelo menos duas décadas. Essas políticas incluíam a exclusão dos tutsis de cargos políticos e econômicos significativos, além de propagar uma retórica inflamada que os retratava como inimigos internos e uma ameaça à segurança nacional. Essas medidas contribuíram para a crescente polarização étnica e a radicalização de certos elementos dentro da sociedade agora hutu. Além disso, grupos extremistas hutus, como o Interahamwe, surgiram com o objetivo declarado de expulsar os tutsis do país e estabelecer uma hegemonia hutu sobre Ruanda. Esses grupos frequentemente recorriam a táticas violentas, incluindo ataques armados, massacres e campanhas de terror, para atingir seus objetivos. O extremismo hutu alimentou ainda mais a tensão étnica em Ruanda e contribuiu para a escalada do conflito.

Enquanto isso, entre os tutsis, surgiram grupos extremistas que buscavam vingança contra os hutus pelo histórico de discriminação e violência após o Manifesto de 1957, no qual os hútus declararam as desigualdades entre as etnias e determinaram que a hegemonia tútsi deveria acabar, confluindo para que em 1961 os hútus cheegassem ao topo do poder político e comessacem a descriminar fortemente os tútsi e hútus moderados. Embora não fossem tão numerosos e organizados quanto seus homólogos hutus, esses grupos também desempenharam um papel na perpetuação do ciclo de violência étnica em Ruanda. Diante desse contexto de extremismos étnicos, a Frente Patriótica Ruandesa (FPR) emergiu como uma força política significativa. Composta principalmente por tutsis exilados e dissidentes, a FPR buscava derrubar o governo hutu e instaurar um regime mais inclusivo e democrático em Ruanda. No entanto, suas táticas militares e sua retórica nacionalista também refletiam uma forma de extremismo, alimentando a espiral de violência que culminaria no genocídio de 1994. A identidade tutsi nesse ponto que se seguiu a sua expulsão de Ruanda era de isolamento e de querer voltar a terra a qual lhes pertencia em outro momento, além de refletir sobre a relação com os hutus dentro do mesmo território e indo de encontro também aos próprios hutus que tinham sido exilados devido a suas convicções políticas. Outrossim, essa identidade tutsi teve o segundo deslocamento ao se perceber como o colonizador interno e

depois entender por meio da reflexão decolonial que se fez presente nas décadas de 60 e 70 que também era parte de um grupo colonizado.

Em suma, os extremismos étnicos em Ruanda durante esse período desempenharam um papel central na polarização e no conflito que assolaram o país. Enquanto grupos hutus e tutsis competiam pelo poder e pela supremacia étnica, a sociedade ruandesa estava mergulhada em um ciclo de violência e ódio que levaria a consequências devastadoras para o país e sua população. Vale salientar também que mesmo após a independência de Ruanda, o grupo dominante continuou a ser influenciado pela Bélgica e também pela França, visto que essa última possuía territórios coloniais em regiões próximas de Ruanda e traçou um limiar imperialista na região controlada pelos belgas. Essas relações entre ex-colonizadores e ex-colonizados perpetuaram o estigma de superioridade entre alguns grupos e exacerbaram o ódio e a desumanização dos sujeitos a partir de suas características físicas - como a largura do nariz e a estatura - visto que ainda era mantida uma relação entre classes que mantinha os grupos hutus exilados dependentes de grupos europeus ou tutsi em uma relação de colonialidade, que mesmo após a descolonização do espaço ainda se mantinha a colonização da estrutura e da mentalidade dos sujeitos que habitavam o mesmo espaço, falavam a mesma língua e tinham a mesma religião.

1.3. A colonialidade como projeto de eliminação do sujeito colonizado: disputas étnicas entre os hútus e os tútsis:

A relação pré-colonial de Ruanda indica que tanto hutu quanto tutsi vivam em regiões diferentes e como nômades acabaram chegando ao território que posteriormente ficou conhecido como Ruanda e se instalaram lá, sendo os hutu majoritariamente agrícolas para sustentação familiar, assim como os tutsis que mantinham um sistema tradicional de agricultura e que também se favoreciam da criação de gado. O fato de terem gado criou um outro sistema de organização com o passar do tempo, que era a contratação de outros indivíduos para trabalhos em troca de espécimes produzidos pelo gado ou do gado. Além disso, o território era dividido em reinos e o maior desses reinos era tutsi, esse que se tornou um canal para o colonizador externo ampliar o seu projeto colonizador de estratificação e divisão dentro do território sem que ele próprio estivesse ativamente controlando.

A inserção do colonizador alemão, de início, mudou a estrutura local e inseriu a sua própria cultura para as elites tutsi dentro do país, em seguida o colonizador belga ampliou o

que tinha sido iniciado pelos alemães, como já discutido. A relação entre a quebra de harmonia entre duas etnias, principalmente, que antes viviam em coerência interna com a sua própria política e organização é reestruturada pelo imperialismo e colonização de nações europeias. Notoriamente, esse controle e a concessões feitas pelo povo tutsi, sobretudo pelo Rei, não foram facilmente inseridas. A situação na mudança dos costumes banto, por exemplo, levaram um período médio de 40 anos para serem alterados e tinham resistências por parte do Rei tutsi para que isso acontecesse, mas a mudança desse em relação a sua conversão ao catolicismo e também a mudança das suas vestimentas, como se pode notar entre as figuras 1 e 2, e mesmo da sua casa, foram vistas como um divisor para mostrar que os tutsi na figura máxima do seu Rei estavam se modernizando ou se traduzindo em uma nova cultura que não se assemelhava mais na cultura banto e tão logo não era mais interna, mas externa e parecida com a do estrangeiro. Essas divisões internas destacavam as diferenças entre os grupos, embora a discussão permeada entre essas etnias oferecessem resistências para se consolidarem, a atitude tutsi frente ao colonizador e a proclamação dessa etnia frente a hútu foi se acentuando e promovendo a diferenciação mental entre eles, além de destacar religiosamente que eles estavam mais próximos e eram mais queridos por Deus devido a sua decência direta de Abel, que assim como os tútsi era pecuarista, oferecendo uma visão que Césaire (2010) evidencia como sendo parte de um projeto colonizador, que utiliza meios religiosos ou civilizatórios, quando, na verdade, é um projeto de destruição e exploração europeia.

Figura 1:

Figura 1 - Rei Musinga e suas esposas em vestimentas tradicionais, 1930.

Fonte: Royal House of Rwanda (disponível em: The Kings of Rwanda - Fathers of a Nation Part II: Beneath the Banner of Christ the King - H.M. Yuhi VI (royalhouseofrwanda.org))

Acesso em: 16/04/2024

Figura 2:

Figura 2 - H.M. King Kigeli V Ndahindurwa com oficiais belgas, último Rei Ruandês.

Fonte: Royal House of Rwanda (disponível em: The Kings of Rwanda - Fathers of a Nation Part III: Not For the Power, But For the People - H.M. Yuhi VI (royalhouseofrwanda.org))

Acesso em: 16/04/2024

O projeto colonizador europeu, sobretudo o belga com a sua política de colonizar de forma externa deixando um representante interno, para Ruanda foi formulado com base em teorias raciais e racistas da época, desprovidas de qualquer fundamentação científica, mas que foram instrumentalizadas utilizando características físicas que se assemelhavam às dos europeus para afirmar sua suposta superioridade. Essa distinção, imposta em um território habitado por múltiplas etnias, provocou uma ruptura entre essas culturas e deu início a um ciclo de ódio racial. Essas teorias sustentavam a ideia de uma hierarquia racial, na qual os europeus eram considerados o ápice da civilização, enquanto outros grupos étnicos eram retratados como inferiores e até mesmo selvagens, como descrito na figura 2 a animosidade entre tútsi e belgas continuou de forma singular em sua relação de cooperação. Essa narrativa servia para justificar a exploração e dominação colonial, promovendo a ideia de que os povos colonizados precisavam ser civilizados e guiados pelos colonizadores europeus. Ao dividir a população ruandesa com base em características físicas e atribuir uma suposta superioridade

aos tutsi em detrimento dos hutus e twa, os colonizadores europeus instigaram conflitos étnicos que perduraram por décadas. Essa manipulação deliberada das diferenças étnicas e culturais aprofundou as divisões sociais e alimentou ressentimentos que culminaram em tragédias como o genocídio de 1994.

Em coerência com isso, o projeto belga articulado para Ruanda se revestiu com essas teorias para determinar que os tutsis deveriam ser os governadores locais. A aproximação desse grupo com os europeus fez com que eles fossem vistos com diferença pelos hutus e outras etnias que também habitavam em Ruanda, a ponto dos tutsis serem considerados também colonizadores, quando na verdade também eram colonizados e parte desse processo de violência que foi vivenciado por todos - notoriamente a relação entre tutsis e o colonizador era diferente da relação entre os colonizadores e os hutus. Ao adotar essa postura frente a colonização, há uma fragmentação de uma tradição local, visto que as práticas tradicionais são alteradas para a tradição e cultura do colonizador. Essa mudança provoca o deslocamento dos centros das identidade e pode dar lugar a uma nova ou a várias identidades, tão logo a diferentes culturas que transformam a identidade individual e também a coletiva. O fato de ter sido adotado um processo de colonização e divisão interna, reforça as circunstâncias nas quais são justificadas o processo de colonização pelo europeu, que é o de levar civilidade e modernidade a comunidades menos favorecidas, em troca, essas comunidades podem abrir o seu espaço local para um ajuda mútua com o colonizador, visto que "(...) a humanidade não deve, não deve tolerar que a incapacidade, a desídia, a preguiça dos povos selvagens deixem indefinidamente sem uso as riquezas que Deus lhes confiou com a missão de pô-las ao serviço do bem de todos". (MULLER apud CÉSAIRE, 2010, p. 27) ou mesmo de acrescentar um dever maior como o autor destaca a nota:

> “Para mim, a questão da igualdade das raças, dos povos ou das culturas, tem unicamente sentido se trata de uma igualdade de direitos, não de uma igualdade de fato. Em sentido identico, um cego, um mutilado, um enfermo, um idiota, um ignorante, um pobre não são respecticvamente iguais, no sentido material do termo, a um homem forte, clarividente, completo, saudavel , inteligentem cultivado ou rico. Esse último tem mais capacidade que, além do mais, não lhe outorgam mais direitos, mas sim mais deveres (..). Igualmente, na atualidade, existem diferenças de nível, de potência e de valor entre as diversas culturas, sejam

> as suas causas biológicas ou históricas. Estas acarretam uma desigualdade de fato. Não justificam de maneira alguma uma desigualdade de direitos a da cor dos povos chamados superiores, como desejaria o racismo. Conferem a eles, sobretudo, cargas suplementares e uma responsabilidade acrescida." (CAILLOIS apud CÉSAIRE, 2010, p. 77)

Esses discursos proclamados pelo colonizador evidenciam a sua estreita relação entre justificar a colonização e o imperialismo e explorar demasiadamente territórios não-europeus com o pretexto civilizador. Visto isso, é possível colocar que não obstante existisse o projeto colonizador, ele tentava ser visto pelo resto da sociedade europeia como um projeto humanitário e dado aos europeus como trabalho devido a sua superioridade. Nesse sentido, o grupo tutsi recebeu a mesma designação do colonizador europeu ao ser considerado por ele superior e mais desenvolvido em relação às outras etnias presentes em Ruanda. Essa distinção não foi alimentada somente pelo europeu, mas também pelo grupo tutsi ao longo da colonização pelos belgas. A situação de mais quisto pelos europeus e pelo deus católico colocou na mentalidade, cultura e identidade deslocada desse grupo o sentimento de pertencimento e identificação ao grupo do colonizador, não sendo somente uma perspectiva que se distanciava de sua própria, mas construindo algo novo e modernizador para a Ruanda dos tutsis e a sua semelhança com a cultura e identidade europeia, apesar de que fique claro entre a relação europeu-tutsi de que os tutsis não são superiores ou iguais aos europeus, porém se aproximam. A relação de colonização entre esses dois ainda é mantida em evidência e o grupo tutsi ainda é impelido por condições do colonizador, envolvendo a condição política, econômica e cultural do grupo interno.

Capítulo 2 -Literatura como meio de resistência cultural e descolonização epistemológica: reflexões sobre literatura pós-colonial e identidades reconstruídas

2.1. A literatura identitária e a nova dimensão da memória:

A literatura, ao transformar a memória em narrativa, cria um espaço único onde a subjetividade e a experiência individual transcendem os limites pessoais e se tornam acessíveis e sensíveis uns aos outros. Este espaço, construído a partir das memórias dos sujeitos, não é apenas um registro de eventos passados, mas uma arena onde essas memórias são vivificadas, reinterpretadas e convertidas em experiência compartilhada. Na literatura, as memórias pessoais do escritor são frequentemente tecidas em suas narrativas, transformando experiências subjetivas em textos que ressoam com um público mais amplo. Essa transformação é fundamental, pois permite que experiências individuais sejam não apenas compreendidas, mas também sentidas por outros. Por exemplo, quando lemos "Meu pequeno país" de Gaël Faye, não estamos apenas lendo sobre as lembranças de um personagem fictício; estamos imersos em um processo profundo de recuperação da memória que evoca as lembranças e os sentimentos de um grupo inteiro. A memória, neste contexto, funciona como uma ponte entre o individual e o coletivo, o particular e o universal, além de dar base para uma discussão interna entre os membros do grupo pelo o qual se fala através da ficção e da memória.

Além disso, a literatura permite que as memórias sejam moldadas e remodeladas, não apenas reproduzindo a realidade como foi vivida, mas também como poderia ser percebida ou imaginada pelo sujeito que as está descrevendo, ou seja, transformando o subjetivo em algo além dos limites de sua estrutura física e psíquica. Isso dá ao escritor a liberdade de explorar "realidades alternativas" onde a subjetividade pode ser expandida e experimentada de maneiras novas e diferentes, bem como promover a criação de um espaço onde isso possa ser vivificado. Gael Faye, em sua obra identitária, frequentemente explorou a mentalidade de seu personagem de maneira tão íntima que os limites entre memória e relato coletivo se tornam fluidos, permitindo uma exploração mais profunda da condição humana. Essa característica ecoa na narrativa e cria um cenário que retrata a condição na qual os habitantes de Ruanda-Burundi estiveram durante 100 dias de genocidio e relembram o papel do colonialismo nesse espaço e o impacto da colonização na vida dos povos africanos, bem

como as suas justificativas e formas de manutenção dentro da colonialidade dividida entre europeus e ruandeses.

Esse espaço literário, portanto, se torna um lugar vital para o abrigo da subjetividade transformada em sensibilidade coletiva, sensibilidade nesse contexto denota “as formas pelas quais os indivíduos, comparecendo como um reduto de representações da realidade por meio dos sentidos, das emoções, da esfera da vida afetiva” (PESAVENTO, 2005, p. 130). Ele não apenas guarda a memória como uma cápsula do tempo, mas ativa e reativa essas memórias em contextos contemporâneos, permitindo que os leitores transcendam suas próprias experiências e se conectem com as experiências dos outros de maneira profunda e emocional. A literatura, assim, não é apenas um meio de escape ou entretenimento; é um campo vibrante onde a memória e a identidade são constantemente negociadas e reimaginadas. Por isso, ao criar e compartilhar literatura, Faye não está apenas documentando a vida como ela é ou foi; está expandindo o conceito de vida e experiência, e, no processo, está criando um legado de empatia e entendimento que atravessa as fronteiras do tempo e do espaço. Através da literatura, a memória não apenas sobrevive; ela prospera, transformando-se em uma força viva que molda tanto a identidade pessoal quanto a cultural, no caso dele e de sua história, esse espaço que molda o social e o cultural é uma resposta ao que inicialmente tinha sido proposto pelo projeto colonizador de destruição de uma identidade local em virtude da identidade do colonizador.

Em coerência com isso, abordar a complexidade do colonialismo em Ruanda através dos olhos de uma criança, como o personagem Gabriel, oferece uma perspectiva única e reveladora na qual não é perceptível para o personagem a situação vivenciada por ele devido a fragmentação da sua identidade. Gabriel, crescendo em um ambiente onde tutsis, hutus e europeus coexistem, vê o mundo através de uma lente de inocência e perplexidade. Para ele, as distinções impostas por ideologias coloniais não fazem sentido e ele sequer compreende que isso existe e de como isso molda o próprio cotidiano dele, uma vez que todos compartilham aspectos fundamentais de humanidade, como religião, língua e espaço. Na perspectiva de Gabriel, a comunidade é uma tapeçaria tecida de histórias e relações interpessoais que transcendem as divisões étnicas artificialmente acentuadas pelo colonialismo. Ele observa seus amigos e vizinhos e percebe que existem diferenças entre eles, mas não encontra o propósito das discussões internas, haja visto que todos compartilham o mesmo ambiente e tem semelhanças religiosas e culturais. Isso é particularmente significativo

em Ruanda, onde a colonização belga cristalizou e exacerbou as distinções entre hutus e tutsis, atribuindo a essas categorias significados raciais e sociais que antes possuíam conotações muito diferentes e menos rígidas.

O europeu, na visão de Gabriel, no papel de seu pai francês, é um agente externo que ainda detém poder, não por qualquer superioridade intrínseca, mas por circunstâncias históricas e políticas. Essa percepção é crucial porque mostra como a ideologia colonial não apenas dividiu, mas também hierarquizou as pessoas de maneira arbitrária e destrutiva. Gabriel, percebendo essa dinâmica, encontra-se confuso e desiludido com as justificativas coloniais que não encontram ressonância em sua experiência vivida, pois a Ruanda-Burundi do momento em que está sendo narrado o romance já não é mais a mesma sob o jugo do colonialismo, embora ainda tenha características desse a partir da colonialidade das práticas. A fragmentação da identidade de Gabriel começa quando ele tenta se situar dentro dessas divisões. Não sendo europeu, completamente tutsi, nem hutu de forma definitiva, ele se encontra em um limbo identitário, forçado a confrontar a artificialidade dessas categorias criadas pela colonização. Essa situação ilustra o impacto psicológico profundo do colonialismo, onde a imposição de identidades fragmentadas gera confusão e conflito interno.

Expandindo essa narrativa, pode-se explorar como Gabriel, através de suas interações diárias e observações, começa a questionar e desafiar as normas estabelecidas. Sua jornada pode ser vista como um microcosmo da luta mais ampla pela descolonização e pela reconstrução de uma identidade nacional que reconheça e celebre a diversidade interna, em vez de polarizá-la. Além disso, a perspectiva de Gabriel pode ser usada para iluminar as maneiras pelas quais a resistência cultural e a resiliência se manifestam em contextos opressivos. Ao focar em suas experiências e nas de sua comunidade, o texto pode oferecer situações sobre como as narrativas de unidade e igualdade podem contrariar efetivamente as divisões impostas pelo colonialismo. Isso não apenas enriquece a compreensão dos efeitos de longo prazo da colonização, mas também celebra a capacidade de indivíduos e comunidades de reivindicar suas identidades e histórias, apesar das adversidades.

Ao tratar acontecimentos históricos através da literatura, o autor não apenas revive esses eventos, mas também os reinsere no discurso contemporâneo, desencadeando uma nova avaliação e discussão sobre seus significados e consequências. Este processo é especialmente potente em contextos pós-coloniais, onde a narrativa literária pode ser um meio de contestação e redefinição de identidades e histórias que foram moldadas ou distorcidas pelo

colonialismo. Ao situar a narrativa em torno da descolonização e do genocídio em Ruanda, um autor pode explorar como as memórias pessoais e coletivas interagem com a história oficial e as narrativas dominantes. A literatura, neste caso, torna-se um espaço de libertação e descolonização do pensamento, onde as vozes que foram marginalizadas ou silenciadas podem expressar suas verdades e perspectivas.

Neste contexto, o personagem principal - uma criança que testemunha e experiência os eventos, mas não os compreende totalmente - serve como uma poderosa ferramenta literária. Esta criança, por estar em formação e por possuir uma visão ainda não totalmente moldada pelas normativas sociais e políticas, observa as ações e interações ao seu redor com uma desconfiança e questionamento que muitos adultos podem ter perdido. Por meio de suas experiências e da maneira como ele as processa, o leitor é convidado a ver como as identidades são formadas e deformadas em tempos de conflito e mudança a partir da construção dos personagens que não possuem a análise crítica sobre si mesmos. A literatura que explora esses temas desafia o leitor a reconhecer as camadas de construção da mentalidade que podem passar despercebidas no fluxo da vida cotidiana. O autor, ao utilizar a literatura para fazer essa reflexão, habilmente navegou pela complexidade de retratar a formação da mentalidade de uma forma que desmonte, em vez de reforçar, os legados coloniais. Este é o desafio decolonial: usar a memória e a narrativa como tática para questionar e subverter as estruturas de poder e conhecimento que perpetuam as injustiças e as desigualdades.

Ao documentar e analisar a descolonização e o genocídio de Ruanda através de personagens fictícios, o autor não apenas narra eventos, mas também questiona como essas histórias foram contadas e quem teve o direito de contá-las. Cada personagem, ao revelar sua perspectiva e experiência, contribui para uma visão mais matizada e profunda do impacto psicológico, social e cultural dos conflitos. Além disso, ao reimaginar esses eventos a partir das memórias - sejam elas vividas, transmitidas ou imaginadas - o autor pode destacar as discrepâncias entre a realidade vivida pelas pessoas comuns e as versões oficializadas pela historiografia dominante. Desta forma, a literatura serve como um ato de resistência e recuperação, um meio pelo qual identidades fragmentadas e silenciadas podem ser reconstituídas e reivindicadas. A escolha de Gaël Faye de escrever em francês, a língua do colonizador, não é apenas um detalhe linguístico, mas uma escolha carregada de significado histórico e político. O francês, como língua do império colonial que teve uma presença significativa em Ruanda e que é frequentemente criticado por suas ações e omissões durante

o genocídio de 1994, torna-se um veículo poderoso para uma narrativa decolonial. Ao utilizar a língua francesa, Faye está engajado em um ato de reivindicação e redefinição, utilizando as ferramentas do colonizador para narrar a história do colonizado, e assim subverter as narrativas impostas. Escrever sobre a experiência de colonização, descolonização e genocídio em francês permite que Faye atinja um público mais amplo, incluindo aqueles nos países colonizadores que podem não estar plenamente conscientes das complexidades e nuances desses eventos. Ao mesmo tempo, ao narrar essas experiências na língua do colonizador, Faye desafia os leitores franceses a confrontarem o papel de seu próprio país no sofrimento de Ruanda. Este é um exemplo da literatura que não só informa e educa, mas também provoca e questiona, incentivando uma reflexão crítica sobre questões de culpa, responsabilidade e memória histórica.

A fragmentação da identidade é uma temática central tanto na vida real de Gaël Faye quanto na narrativa de seu alter ego no livro. Faye, ao vivenciar diretamente as consequências da colonização e do genocídio, utiliza a literatura como um espaço para explorar e tentar recompor uma identidade que foi fragmentada pelo colonialismo. Esta busca por identidade é uma característica distintiva da literatura pós-colonial, que frequentemente aborda a luta dos indivíduos para encontrar um senso de si em um mundo onde as fronteiras culturais e nacionais foram arbitrariamente desenhadas e frequentemente impostas pela força. O uso da língua do colonizador para falar da experiência do colonizado cria uma dinâmica interessante onde as identidades tanto do colonizador quanto do colonizado são postas em questão. A identidade do colonizador é desafiada ao ser forçada a confrontar e reconhecer as narrativas do colonizado, enquanto a identidade do colonizado é explorada e expressa através de uma língua que carrega consigo um peso histórico de opressão. Este processo pode levar a uma nova forma de entendimento mútuo, onde o centro de poder e narrativa é deslocado e novas identidades, possivelmente contraditórias e não resolvidas, emergem.

Ao final, o que Gaël Faye realiza através de sua obra é um exemplo poderoso do que o teórico literário Edward Said (1995) descreveu como "contraponto", no qual as narrativas do colonizado são entrelaçadas dentro das estruturas do colonizador para criar um novo espaço discursivo. Esse espaço permite que novas identidades sejam formadas, que refletem tanto as cicatrizes do passado quanto às possibilidades de um futuro onde as histórias de todos os povos são ouvidas e valorizadas. A literatura, assim, se torna uma ferramenta vital para a descolonização, não apenas em termos políticos, mas também em termos de reconstrução da memória e da identidade. Nesse contexto, a literatura assume um papel

multifacetado de construção, atuando não apenas como uma ferramenta de denúncia, mas também como um meio de rememoração e visibilização de eventos e experiências historicamente marginalizadas ou esquecidas. Este processo de escrita e leitura literária se torna essencial para a reconstrução de identidades que foram fragmentadas pelas consequências da colonização e da modernização europeia.

Ao trazer à tona histórias esquecidas ou suprimidas, a literatura desempenha um papel vital no desafio às narrativas dominantes que frequentemente caracterizam a história colonial. Este ato de "rememorar" é crucial para entender como certas estruturas de poder foram estabelecidas e como elas persistem. Ao narrar as experiências dos sujeitos colonizados, a literatura proporciona não apenas uma representação mais precisa da história, mas também oferece um espaço para que as vozes silenciadas sejam ouvidas e reconhecidas. Essa visibilização é um ato poderoso de reivindicação que serve múltiplos propósitos: primeiro, ela valida as experiências dos sujeitos colonizados, reconhecendo suas lutas e resiliências como partes integrantes da narrativa histórica global. Segundo, ela confronta e questiona as versões estabelecidas da história, desafiando os leitores a reconsiderar o que eles entendem sobre o passado e suas implicações para o presente. E, finalmente, ela fornece um recurso para a educação e a empatia, ampliando a consciência sobre as complexidades das interações humanas em contextos coloniais e pós-coloniais.

O papel da literatura na reconstrução das identidades dos sujeitos fragmentados é igualmente significativo. Ao explorar temas de identidade, memória e resistência, a literatura pode ajudar a curar as feridas deixadas pela colonização, permitindo que indivíduos e comunidades reconfigurem suas próprias histórias e identidades de maneiras que refletem suas verdadeiras experiências e aspirações. Isso muitas vezes envolve a reimaginação de identidades, não como foram impostas ou deformadas pelo olhar colonial, mas como são vivenciadas e entendidas pelos próprios sujeitos. Portanto, a literatura não é apenas um reflexo do mundo; é uma força ativa na moldagem desse mundo. Através da escrita e da leitura, os autores e leitores participam de um diálogo contínuo sobre quem são, de onde vem e para onde querem ir. Esse processo não apenas documenta a história, mas também participa ativamente na luta pela justiça, pela memória e pela identidade. A literatura, nesse sentido, se torna uma literatura de construção, engajada na constante reconstrução de vidas e sociedades, podendo ser vista como uma ferramenta crucial no processo decolonial de desconstruir e construir, também de colocar questões para a discussão contemporânea e discuti-las com a intenção de reconfigurar e abrir uma dimensão para questionar e tornar um espaço vivido das

memórias do autor e do grupo que ele representa por meio da ficção que é criada a partir de experiências antigas do autor e de seu grupo etnico.

2.2. Identidade fragmentada na descolonização: a missão descolonizadora da literatura pós-colonial:

Africanos começaram a articular formas de expressão que refletissem as complexidades de suas próprias identidades pós-coloniais, muitas vezes em resposta ou como uma forma de resistência às narrativas e identidades impostas pelo colonialismo. Este movimento de redefinição e expressão é uma parte importante da busca por autenticidade e autodeterminação. A fragmentação da identidade, longe de ser apenas um sinal de desintegração ou perda, pode ser vista como uma oportunidade para a exploração e recriação. Em contextos pós-coloniais, onde as identidades foram historicamente construídas e manipuladas por forças externas, a possibilidade de explorar múltiplas facetas de si mesmo oferece um caminho aberto para a liberdade e a expressão individual. Essa multiplicidade de identidades, mesmo quando contraditórias ou não resolvidas, reflete a realidade complexa dos sujeitos que vivem entre diferentes mundos, tradições e expectativas e como essas traduções de suas culturas a partir das identidades múltiplas fornecem também um arsenal de possibilidades para entendê-las e situá-las.

A sensibilidade dos sujeitos, como mencionado, transmuta suas subjetividades em realidade, ela consegue "pela evocação/memória de um sensação, reproduzir a experiência do vivido, reconfigurado pela presença do sentimento" (PESAVENTO, 2005, p. 129). Esta transmutação é evidente nas diversas formas de arte e expressão cultural que surgiram na África após as independências. Por exemplo, a literatura africana, o cinema, a música e as artes visuais começaram a explorar temas que falavam diretamente da experiência africana, misturando tradições locais com influências modernas e globais. Autores como Chinua Achebe e Wole Soyinka usaram suas obras para questionar a legitimidade das fronteiras coloniais e as identidades impostas, e para reimaginar as narrativas de nação, raça e identidade cultural. Este processo de reimaginação não é apenas uma questão de recuperação do que foi perdido, mas também uma criação ativa. Os sujeitos pós-coloniais, ao redefinirem suas identidades, não se limitam a retornar a um passado idealizado, mas olham para como podem integrar os múltiplos aspectos de sua herança para criar algo novo e relevante para

suas realidades contemporâneas. Isso é particularmente importante em contextos onde as histórias e culturas foram distorcidas ou subjugadas pela dominação colonial.

Além disso, o desafio de expressar e viver com identidades contraditórias e não resolvidas também reflete uma resistência maior às tentativas de categorização simplista. Em vez de buscar uma identidade "pura" ou unificada, muitos pensadores e artistas africanos abraçam a complexidade e usam sua multiplicidade como uma força. Este abraço da complexidade pode ser visto como uma rejeição à lógica colonial de “dividir para governar” e uma afirmação da rica diversidade de identidades dentro de cada indivíduo e comunidade. Assim, a independência africana e a subsequente redefinição de identidade não foram apenas políticas ou territoriais, mas profundamente pessoais e culturais. O espaço criado pela fragmentação da identidade se tornou um terreno fértil para a experimentação e inovação, permitindo que os sujeitos explorem novas formas de se expressar, que são autênticas e resilientes, refletindo tanto as heranças do passado quanto às realidades do presente.

Nessa perspectiva de reavaliação e reinterpretação da África pelos africanos, autores decoloniais desempenharam um papel fundamental ao desafiar e desconstruir as narrativas eurocêntricas que historicamente dominaram o entendimento do continente. Esses pensadores e escritores, ao rejeitar a visão de que a Europa é o centro do conhecimento e da cultura, propuseram novas formas de ver e entender a África, mais alinhadas com as realidades e histórias locais. Outros autores, como Frantz Fanon, Aimé Césaire, e Ngũgĩ wa Thiong'o estão entre os que criticaram o colonialismo e o imperialismo cultural, argumentando que a África deveria ser lida e compreendida através de suas próprias lentes e não através das interpretações europeias. Fanon, em particular, em obras como "Os Condenados da Terra" e "Pele Negra, Máscaras Brancas", analisa como o colonialismo despersonaliza e desumaniza, mas também como os povos colonizados podem reivindicar sua identidade e humanidade.

Por outro lado, muitos desses autores também reconheceram que, apesar das implicações negativas do colonialismo, algumas trocas culturais entre colonizadores e povos colonizados poderiam ser reconfiguradas para enriquecer a identidade africana. Por exemplo, o uso da língua do colonizador, como o francês e o inglês, se tornou uma ferramenta poderosa na literatura africana. Escritores como Chinua Achebe e Wole Soyinka utilizaram o inglês para expressar suas visões sobre a África, atingindo uma audiência global e ao mesmo tempo reformulando a língua para refletir as realidades africanas. Achebe, em "O mundo se despedaça", usa o inglês para contar uma história profundamente enraizada nas tradições e

conflitos de seu povo Igbo, enquanto Soyinka infunde seus textos com a riqueza das mitologias e práticas iorubás. Esta abordagem de usar elementos da cultura do colonizador para falar da própria cultura africana é um exemplo de como os africanos têm criado novas identidades que são, ao mesmo tempo, uma síntese e uma rejeição das heranças culturais europeias. Este processo é uma parte vital da descolonização da mente, conforme descrito por Ngũgĩ wa Thiong'o, que advoga pela rejeição das línguas coloniais em favor das línguas africanas, mas também reconhece a complexidade das escolhas linguísticas e culturais frente ao legado colonial.

Em concordância, o que emerge dessas interações é uma nova identidade africana que é decolonial em sua essência. Ela é construída sobre as ruínas do colonialismo e as faces da colonialidade, mas com uma visão voltada para a valorização e revitalização das culturas e conhecimentos africanos. Este processo não apenas desafia as estruturas de poder existentes, mas também reafirma a riqueza e a diversidade da África como central para sua identidade, não como uma nota de rodapé na narrativa europeia. O debate sobre o uso da língua do colonizador para narrar experiências e histórias dos colonizados é complexo e multifacetado, envolvendo questões de poder, identidade e resistência. No caso de "Meu Pequeno País", o autor Gaël Faye escolhe usar o francês para contar a história do genocídio em Ruanda, o que reflete e evoca várias camadas desse debate. Edward Said, em sua teoria do contraponto, enfatiza a importância de ler e interpretar textos de uma maneira que entrelaça perspectivas coloniais e pós-coloniais, destacando as interdependências e as tensões. Ao usar o francês, Gaël Faye está, de certa forma, aplicando esse conceito de contraponto. Ele usa a língua do colonizador como uma ferramenta para expressar e transmitir a complexidade da experiência ruandesa para um público mais amplo, incluindo possivelmente aqueles na própria França, cuja história colonial está diretamente ligada à história de Ruanda.

Ngũgĩ wa Thiong'o argumenta que o uso da língua do colonizador pode perpetuar uma forma de dominação cultural e intelectual. Ngũgĩ defende o abandono das línguas coloniais em favor das línguas nativas como um ato essencial de descolonização mental. Para esse crítico, escrever em francês poderia ser visto como uma continuação da assimilação e subordinação cultural. Por outro lado, o uso de uma língua amplamente falada como o francês permite que a narrativa alcance uma audiência global mais extensa, incluindo muitos que podem ser desconhecedores ou mal informados sobre a história e a cultura de Ruanda. Isso pode ser visto como uma estratégia pragmática para assegurar que as histórias de Ruanda sejam ouvidas e compreendidas num contexto global, em vez de permanecerem isoladas.

Faye também pode estar utilizando o francês como um meio de reconstruir e reivindicar identidades pós-coloniais. Ao manipular a língua francesa para contar sua própria história, ele está ativamente moldando como a cultura e a identidade ruandesas são percebidas e entendidas por falantes de francês. Isso pode ser visto como uma tática, reconfigurando a língua para refletir uma perspectiva africana. O uso da língua francesa em "Meu Pequeno País" encapsula as complexidades e os dilemas enfrentados pelos escritores pós-coloniais. Ao escolher escrever em francês, Faye não apenas garante que sua voz seja ouvida por um público amplo, mas também desafia as narrativas estabelecidas e provoca reflexões sobre as dinâmicas de poder linguístico e cultural. Assim, a escolha da língua se torna mais do que um mero meio de comunicação; é uma ferramenta estratégica na luta pela autonomia cultural e pela representação autêntica.

A ideia de identidade fragmentada na descolonização captura a complexidade de formar uma identidade coletiva e individual em um mundo pós-colonial. Essa fragmentação não é apenas uma condição de divisão ou separação, mas também uma possibilidade de reconstrução e renovação. Quando os sujeitos se reconhecem como distintos, mas ainda assim parte de um todo maior, eles abrem espaço para a expressão de múltiplas subjetividades que refletem a diversidade de suas experiências e histórias. A literatura, como forma de expressão, torna-se um meio poderoso através do qual essas identidades fragmentadas podem ser exploradas e rearticuladas. Os escritores utilizam a narrativa para sondar as profundezas de suas identidades culturais e pessoais, desafiando frequentemente as categorizações simplistas impostas por forças externas. Através da literatura, os autores pós-coloniais não apenas narram suas experiências, mas também questionam e redefinem o que significa ser parte de uma nação, cultura ou comunidade que foi profundamente influenciada por processos coloniais e de descolonização.

Ao narrar histórias que incorporam tanto a dor quanto a resiliência, a literatura pode ajudar a curar as feridas deixadas pelo colonialismo, criando um espaço para a renegociação de identidades. Escritores como Chinua Achebe, Ngugi wa Thiong'o, e Edwidge Danticat, entre outros, têm usado a literatura para revisitar e reinterpretar as narrativas coloniais, proporcionando novas perspectivas sobre a história e a cultura de seus povos. Essa abordagem permite que comunidades antes marginalizadas vejam suas histórias e experiências refletidas e validadas na esfera pública. A literatura oferece aos sujeitos uma forma de "ser e estar no mundo" que vai além das limitações impostas pela colonização. Ao empregar a linguagem e a narrativa, os escritores criam mundos nos quais as identidades

podem ser mais fluidas e onde as contradições e complexidades são não apenas reconhecidas, mas celebradas. Este processo de escrita e leitura torna-se um ato de autoafirmação e uma reivindicação de espaço e voz dentro de um discurso global dominado por narrativas ocidentais. Fazendo com que:

> “Em vez de pensar as culturas nacionais como unificadas, deveríamos pensá-las como constituindo um dispositivo discursivo que representa a diferença como unidade ou identidade, elas são atravessadas por profundas divisões e diferenças internas, sendo "unificadas" apenas através do exercício de diferentes formas de poder cultural. Entretanto - como nas fantasias do "eu inteiro" de que se fala a psicanálise lacaniana - as identidades nacionais continuavam a ser representadas como unificadas.” (HALL, 2019, p. 62)

Este uso da literatura também é um passo na descolonização da mente, um termo cunhado por Ngugi wa Thiong'o - embora não concorde com o uso da língua do colonizador - para descrever o processo de desvencilhar as sociedades pós-coloniais das garras do colonialismo cultural. Ao escolher a língua e os temas que refletem as realidades locais, os escritores podem ajudar a desmantelar as estruturas de poder que têm mantido as narrativas coloniais no controle. Assim, a literatura não é apenas uma forma de arte; é uma ferramenta de empoderamento e transformação. Ela permite que indivíduos e comunidades recriem suas próprias formas de ser e estar no mundo, desafiando as visões impostas e reimaginando suas identidades de maneiras que ressoam com suas próprias experiências e aspirações. A identidade fragmentada, então, não é uma desvantagem, mas um campo fértil para a criação de um novo sentido de si mesmo e do mundo.

No romance de Faye, a narrativa profundamente pessoal e evocativa ilustra como a fragmentação e a colonialidade moldaram as mentalidades dos sujeitos e como eles buscam superar esses marcadores de identidade. Através da perspectiva de Gabriel, o protagonista, Faye explora a complexidade da identidade em um contexto marcado por tensões étnicas e legados coloniais. Gabriel, crescendo em Burundi com uma herança franco-ruandesa, é testemunha de conflitos e divisões que são, em grande parte, o legado direto das políticas coloniais. A história pessoal de Gabriel reflete a divisão e a fragmentação experimentadas por muitos na região durante e após a era colonial. Através de seus olhos, vemos como as linhas divisórias entre os grupos étnicos foram, em muitos casos, exacerbadas ou mesmo criadas pelas potências coloniais, perpetuando divisões que persistiram muito depois da independência.

Faye habilmente usa a literatura para questionar e desconstruir essas divisões. No livro, Gabriel passa por um processo de questionamento pessoal e identitário, onde ele confronta e reflete sobre as categorizações impostas a ele e aos que estão ao seu redor. Este questionamento é um meio de superação, pois ao desafiar essas categorias, Gabriel começa a formar uma identidade que transcende os limites impostos por narrativas coloniais e pós-coloniais. A superação dos marcadores de identidade no romance não é apresentada como um processo fácil ou linear. É retratada como uma jornada contínua de autodescoberta e resiliência, onde a compreensão e a aceitação das múltiplas facetas da própria identidade desempenham um papel crucial. Gabriel, e por extensão os leitores, é encorajado a ver além das construções simplistas de identidade que foram uma vez usadas para dividir e governar.

Além disso, Faye destaca a resistência cultural como uma forma de superar os legados da colonialidade. Através de música, poesia, e outras formas de expressão cultural, os personagens encontram meios para expressar suas identidades de maneiras que rejeitam as imposições externas e celebram suas heranças diversas e ricas. Essas formas de expressão cultural funcionam não apenas como afirmações de identidade, mas também como pontes que conectam diferentes comunidades e gerações. Nessa perspectiva, em "Meu Pequeno País", Gaël não apenas retrata os desafios enfrentados pelos sujeitos em meio a legados de divisão e colonialidade, mas também mostra como a literatura e outras formas de expressão cultural podem ser poderosas ferramentas para superar esses desafios, desconstruir narrativas prejudiciais e reconstruir identidades mais complexas e inclusivas, tal como autores antes dele, como Achebe, fizeram para mostrar a complexidade da identidade após a descolonização.

2.3. Meu pequeno país: uma literatura que subverte a estratégia da redefinição:

O conceito de táticas e estratégias desenvolvido por Michel de Certeau em "A Invenção do Cotidiano" oferece uma lente fascinante através da qual é possível analisar como a literatura pode atuar como uma forma de superar as estratégias dominantes, especialmente no contexto de narrativas pós-coloniais e de identidade. Certeau distingue entre “estratégia” e “tática” da seguinte maneira: estratégia é o cálculo ou manipulação de relações de poder a partir de um ponto de vantagem seguro e visível, enquanto tática é uma ação calculada determinada pela ausência de um poder próprio, uma habilidade para manipular as brechas dos sistemas dominados por estratégias. No contexto literário, a “estratégia” pode ser vista

como as narrativas dominantes que são sustentadas por instituições poderosas e que perpetuam certas visões de mundo e ideologias. Essas narrativas estratégicas são frequentemente as vozes do colonialismo, do imperialismo e do capitalismo, que moldam a percepção pública e a consciência cultural de maneiras que consolidam seu próprio poder. A tática, por outro lado, é a resposta dos subjugados, a maneira como os escritores utilizam as brechas deixadas pela estratégia dominante para criar novos espaços de expressão e resistência. A literatura, especialmente aquela proveniente de vozes marginalizadas, pode ser uma poderosa ferramenta tática. Escritores como Gaël Faye, utilizando o meio da língua francesa - um instrumento do colonizador - para contar a história de seu povo, subvertem a estratégia colonial e a transformam em uma forma de resistência cultural.

Os escritores decoloniais frequentemente empregam a literatura para subverter as narrativas estabelecidas, usando o idioma e as formas do colonizador para questionar, criticar e recontar as histórias de seus próprios povos. Este ato de reapropriação não apenas desafia as estratégias dominantes, mas também transforma a literatura em um espaço de luta e emancipação. Através da narrativa, os autores podem explorar identidades fragmentadas, questionar histórias oficializadas e reconstruir a memória coletiva de maneiras que reflitam suas verdadeiras experiências e verdades. A literatura permite aos escritores criar espaços onde podem explorar e expressar identidades complexas e muitas vezes contraditórias. Estes espaços narrativos tornam-se locais de encontro para diferentes realidades e perspectivas, onde o poder da estratégia dominante pode ser contestado e onde novas formas de entender o mundo são possíveis. Isso é particularmente potente em contextos pós-coloniais, onde a reconstrução da identidade e da memória é fundamental para o processo de descolonização.

Ademais, Certeau argumenta que as táticas são a arte de manipular e desfrutar de circunstâncias que não foram especificamente concebidas para o propósito em questão, e é aqui que a literatura brilha como uma forma de resistência. Ao inserir novas narrativas no cotidiano das pessoas, a literatura pode mudar a forma como elas percebem a si mesmas e ao mundo ao seu redor. Este processo gradual de transformação pode alterar as estruturas de poder a longo prazo, mostrando que, embora as táticas possam parecer menores ou temporárias, seu impacto cumulativo pode ser profundo e duradouro. Assim, a literatura não é apenas um reflexo da luta entre estratégia e tática; é também uma participante ativa nesse jogo de poder, onde as táticas literárias têm o potencial de redefinir realidades e superar as estratégias opressivas que moldaram histórica e culturalmente muitas sociedades. Dentro desse contexto, Gaël Faye emprega uma abordagem tática que subverte a estrutura estratégica

do colonialismo e sua política de supressão e transformação das culturas locais. Através de seu romance "Meu Pequeno País", Faye utiliza a língua francesa, um dos legados mais persistentes do colonialismo, para construir uma narrativa que não apenas desafia, mas também redefine as relações de poder entre o colonizador e o povo colonizado. O uso do francês, enquanto ferramenta imposta pelo colonialismo, é transformado por Faye em um veículo de expressão das complexidades da identidade e da história ruandesa e burundiana. Este ato de reapropriação da língua do colonizador é em si uma forma de resistência. Ele permite que Faye narre uma história que é intrinsecamente africana, utilizando uma ferramenta que foi originalmente destinada a moldar o continente segundo uma perspectiva europeia.

O romance vai além de simplesmente usar a língua francesa para contar uma história africana; ele tecnicamente a infiltra com localismos e perspectivas que são especificamente ruandeses e burundianos. Essa fusão linguística não apenas desafia a suposta supremacia da língua francesa como uma língua de cultura superior, mas também celebra a riqueza e a profundidade das línguas e dialetos locais, integrando-os de forma que enriquece a narrativa. Além disso, ao centrar a narrativa no ponto de vista de Gabriel, um jovem menino de dupla herança, Faye explora a multiplicidade de identidades que coexistem em muitos africanos descolonizados. Gabriel, como muitos de sua geração, encontra-se navegando em um mundo onde as identidades são impostas e negociadas em contextos altamente complexos e muitas vezes contraditórios. Sua jornada é emblemática da luta de muitos para reconciliar sua herança nativa de uma maneira que crie um espaço para uma nova identidade que é autenticamente sua.

"Meu Pequeno País" serve, nesse sentido, como um ato de recuperação e celebração da cultura e identidade africana. Faye, através de sua escrita, não apenas recupera a narrativa de seu povo das garras do colonialismo, mas também proporciona um espaço para que futuras gerações de africanos possam encontrar e expressar suas próprias vozes. Ele mostra como a cultura e a identidade, mesmo fragmentadas, podem ser reunidas de maneiras novas e significativas que honram tanto o passado quanto o futuro. O romance de Faye, é um exemplo de como a literatura pode ser usada como uma ferramenta poderosa para descolonização. Ele não só questiona as narrativas históricas estabelecidas e as estruturas de poder, mas também oferece uma alternativa que celebra a diversidade, a complexidade e a resiliência das culturas africanas. Através de sua escrita, Faye não apenas conta uma história, ele convoca uma reavaliação de como as histórias são contadas e quem tem o direito de

contá-las. Logo, seu trabalho não só desafia o legado do colonialismo, mas também inspira um futuro onde as identidades africanas são narradas e celebradas em seus próprios termos.

Considerar a literatura como uma tática, conforme explorado no contexto de Gaël Faye e seu romance "Meu Pequeno País", amplia significativamente a compreensão das maneiras pelas quais o desmembramento do colonialismo e suas consequências continuam a influenciar as identidades contemporâneas. A literatura, nesta perspectiva, não é meramente uma forma de arte ou entretenimento, mas uma estratégia ativa na desconstrução das narrativas coloniais e na redefinição da identidade e cultura pós-colonial. Ao utilizar a literatura como ferramenta, os autores pós-coloniais reconstroem as estruturas de poder que foram solidificadas durante a era colonial. Por meio das histórias que contam, esses escritores desafiam as representações estereotipadas e muitas vezes desumanizadoras dos povos colonizados que predominam nas narrativas ocidentais. Eles reintroduzem a humanidade, a complexidade e a riqueza cultural das sociedades que foram retratadas de maneira unidimensional nos discursos coloniais. A literatura pós-colonial frequentemente reflete sobre a fluidez da identidade em contextos afetados pelo colonialismo. Os personagens dessas narrativas, assim como os indivíduos nas sociedades que representam, muitas vezes encontram-se em um estado de constante negociação entre várias facetas de suas identidades: as influências coloniais, as tradições indígenas, e as pressões da modernização e globalização. Essa literatura mostra como essas identidades não são sólidas ou fixas, mas são continuamente moldadas e remodeladas através de experiências culturais, sociais e políticas.

Ao narrar suas próprias histórias através de suas próprias vozes e idiomas - seja através da língua do colonizador adaptada para novos fins ou através de línguas locais - os sujeitos pós-coloniais reivindicam uma forma de agência. Eles criam espaços onde podem expressar suas complexidades, lutas e aspirações. A literatura torna-se um campo de batalha onde as batalhas pela representação e auto-representação são travadas, oferecendo uma plataforma para o empoderamento e a afirmação cultural. A literatura também serve como um meio para refletir sobre o impacto duradouro do colonialismo. Ela permite uma análise crítica das formas como o colonialismo moldou as relações sociais, econômicas e políticas dentro das sociedades colonizadas e entre elas e o mundo exterior. Esta reflexão é crucial para entender não apenas o passado, mas também para formar uma visão mais justa e equitativa do futuro.

Diante disso, ao oferecer novas narrativas e perspectivas, a literatura pós-colonial como uma tática inspira futuras gerações a continuar a questionar, desafiar e redefinir as noções de identidade e pertencimento. Ela oferece exemplos de resistência e resiliência que podem ser emulados e adaptados conforme as sociedades continuam a navegar pelas águas muitas vezes turbulentas da descolonização. Portanto, a literatura, vista como uma tática, é instrumental não apenas na desconstrução do legado do colonialismo, mas também na reconstrução contínua de identidades que são mais autênticas, multifacetadas e representativas das verdadeiras experiências das pessoas afetadas por esse fenômeno histórico.

Capítulo 3 - Possibilidades de resistência epistêmica e práticas descolonizadoras na obra "Meu pequeno país" de Gael Faye

3.1. O que é o Meu pequeno país?

O romance "Meu pequeno país" do autor franco-ruandês Gaël Faye narra a história do genocídio de Ruanda a partir da visão de uma crinaça chamada Gabriel, dando destaque para os conflitos etnicos e a dormação individual do personagem que reflete as relações coletivas entre identidade e pertencimento. Assim, essa obra operacionaliza o uso da memória, tal como a reconstrução de uma identificação cultural para os sujeitos que viveram uma colonização e descolonização, como os grupos étnicos tutsis e hútus em Ruanda-Burundi. A subjetividade do autor é inserida no texto literário mediante um alter-ego, com isso trazendo as suas memórias da infância para construir a narração. Além disso, a relação expressa entre essa memória e a identificação cultural do autor, denota, na teoria de Hall (2019), a sua própria identidade fragmentada, ou seja, uma identidade construída entre dois âmbitos culturais e que em ambos não é aceita como válida e pertencente ao grupo ao qual se refere. Essa identidade fragmentada é evidenciada pela forma com a qual o próprio autor identifica com o seu livro a diferença e a negação dos grupos aos quais estava ligado - ruandeses e franceses - por ele próprio não ser completamente francês ou totalmente ruandês. A percepção do personagem fragmentado mostra como uma identidade é consolidada, um sujeito que não sabe a qual lugar pertence e ao mesmo não se identifica com nada e acaba ficando perdido entre narrativas que delimitam a vida das outras pessoas que o cercam, seja intimamente ou fora do ambiente conhecido por ele.

A ausência marca na vida do personagem, tão logo do próprio autor redesenhado por ele mesmo no texto ficcional, uma dualidade que ele ainda enquanto uma criança não consegue identificar, mas distinguida pelos atos tomados dos outros personagens como marcas da colonização e da coisificação dos colonizados, nas palavras de Faye:

> "A princípio a história de um paraíso perdido, o paraíso perdido da infância. É a história de um grupo de crianças que vivem em uma rua sem saída em Bujumbura, a capital do Burundi. Uma dessas crianças se chama Gabriel, um menino mestiço, sua mãe é ruandesa e seu pai é francês, e ele tenta encontrar seu lugar na socieadade, ele não sabe se é branco, negro, francês ou ruandes, se ele ele é uma criança ou se já está se tornando adulto. É seu percurso incipiente que se descobre nessa história e através de seus olhos também vemos questões sobre o racismo, a identidade, sobre a infância e também sobre o genocídio, a ideologia que conduz ao genocídio." (FAYE, 2019, 00:12:27)

A narrativa de Gabriel em "Meu Pequeno País" é uma exposição poderosa de como as tensões sociais e raciais se manifestam, desde o primeiro diálogo ele coloca como em conversas do dia-a-dia surgem as problemáticas discutidas no texto, mesmo em uma era pós-colonial. O período narrado no livro já é nos anos que seguem 1990 e anteriores ao início do genocídio de 1994 em Ruanda-Burundi, embora o livro tenha sido publicado no ano de 2018 com o incentivo de políticas públicas francesas para tratar sobre questões culturais e históricas de países que de alguma forma sofreram com a colonização e os desdobramentos dessa. A posição assumida pelo autor em seu relato sobre o que ele acredita ser a história do livro revela também a sua ligação entre a história fictícia e a sua própria e como contá-la nesse formato lhe dá a possibilidade de reconstruir, fazendo com que o livro não seja somente uma oportunidade de reconstruir, mas de manter essa memória e uma identidade fragmentada viva..

Essas relações entre memória e identidade, tão próximas em espaço e tão distantes em consciência, já apontam a identidade que não é mais puramente ruandesa, tão pouco francesa dos sujeitos do texto ficcional e do seu autor, que também representa a realidade. A vida que eles construíram durante e após a colonização não parece com a vida de antes, contudo os costumes adotados na colonização ainda são refletidos no cotidiano desses indivíduos na descolonização e isso apresenta visões de como a vida deveria ser ou como a vida era melhor antes, se desligando do que a vida realmente é no momento em que está sendo vivida e narrada. A identidade dessa nova comunidade, formada por franceses e ruandeses da etnia túrsi ou hútu, é uma identidade ainda consolidada em um antigo paradigma, mas que não há mais espaço para ser vivenciada em uma comunidade fragmentada, que conseguiu superar o antigo paradigma em prol de uma realidade promovida pelo imperialismo e pela colonização europeia.

Essa comunidade marcada pela colonialidade e pela ausência de uma identificação que iguale e faça com que os sujeitos compartilhem algo em comum é determinante para que eles tenham uma visão única e restrita do que a realidade deles é. Faye, ao escrever “Meu pequeno país”, tenta mostrar como a colonização atingiu e danificou duas identidades distintas e como criou uma nova. A percepção de seu personagem principal em não se identificar e não entender o conflito e não querer se unir a nenhum dos grupos denota a desconexão do personagem com uma de suas identidades, a fragmentação do sujeito mostra como é necessário para ele existir uma terceira via que possa se igualar ao que ele considera

como uma realidade fértil e possível de viver com a sua condição humana, o autor aprende "a sentir e a pensar, ou seja, a traduzir o mundo em razões e sentimentos" (PESAVENTO, p. 128, 2005) com a sua própria subjetividade. Ademais, é válido destacar que no momento em que o autor decide narrar a ficção a partir de um alter-ego para implementar nesse a sua vivência, ele também mostra a sua própria visão acerca dos fatos, permitindo que o leitor tenha também uma visão dele e da sua realidade, assim podendo entender o livro fora dos limites do livro físico e compreender melhor a relação entre a sua identidade fragmentada, a condição de a partir de suas próprias experiências, tentar dar um novo significado a essa identidade, construindo uma tática que se desvia do que o projeto colonizador de destruição cultural impõe.

Com isso, a tentativa de Faye não é voltar aos primórdios - visto que enquanto um sujeito do seu tempo ele busca se reconectar com o seu passado para dar sentido ao seu presente - mas criar algo novo para essa identidade fragmentada. A perspectiva dele com o seu romance é uma perspectiva moderna do que é ser um indivíduo que viveu um momento de descolonização e ainda vive a fim de dar um novo significado ao que antes estava preso à memória do colonizador e a leitura desse do outro. Nesse contexto, entre memória, história e literatura, "a memória desvela-se, desse modo, como um caleidoscópio incessante e complexo, no qual o texto literário apresenta-se como um potente participante, ao contribuir para o movimento permanente de reconstrução das vias organizadoras de memórias." (PEREIRA, p. 345, 2014), assim, a literatura torna-se um lugar de memória a ser construído pelo protagonista Gabriel de Faye, destacando um dos aspectos da memória, assim como da história, visto que a:

> "Vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações." (NORA, 1993, p. 10 apud PEREIRA, p. 349, 2014).

No sentido de lembrar que Pereira (2014) destaca ao citar Nora (1993), a questão do autor, enquanto um sujeito moderno e que busca através da memória recriar a sua identidade assume uma percepção de duas identidades que é explicada por Hall (2019) no que se refere que o sujeito, previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado, composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes

contraditórias ou não resolvidas. Essa fragmentação é causada pelo deslocamento do centro de uma identidade, ou seja, traduzida para os termos da colonização, quando uma identidade cultural é modificada pela influência externa de outra identidade cultural. Haja visto que é possível que a identidade fragmentada receba em seu centro não somente uma, mas várias outras influências "a identidade muda de acordo com a forma como o sujeito é interpelado ou representado, a identificação não é automática, mas pode ser ganhada ou perdida. Ela torna-se politizada." (HALL, p. 25, 2019), o livro "Meu pequeno país" ganha uma significação dentro desse contexto de identificação. A reação ao livro pode não automática, mas ela propõe uma nova forma por meio da literatura de rever a sua própria identidade, como o autor - que também é um elemento essencial para a formação desse livro e para entender as escolhas tomadas na narrativa - traz a visão dele, já é um marcador de como essa identidade é concebida na realidade. Assim, nota-se que a realidade criada no livro é subjacente à realidade do autor e conflui para ser feita uma ligação entre o autor e a sua obra, bem como se entenda a sua obra como uma tática para se desviar da coisificação imposta pelo projeto colonizador.

A discussão inicial que dá abertura a discussão geral do livro entre Gabriel e seu pai francês estabelece um pano de fundo significativo para o desenvolvimento da história, sublinhando a complexidade das identidades e das divisões étnicas que continuam a influenciar a sociedade de Ruanda, mesmo após o fim oficial do colonialismo. Disposto no romance pelo diálogo:

> - "A guerra entre os tútsis e os hútus é porque eles não têm o mesmo território?
> - Não, não é isso, eles vivem no mesmo país.
> - Então… é porque não têm a mesma língua?
> - Não, eles falam a mesma língua.
> - Então é porque não tem o mesmo deus?
> - Não, eles têm o mesmo deus.
> - Então… porque estão em guerra?
> - Porque não têm o mesmo nariz."
> (FAYE, 2018, p. 7-8)

A partir dessa introdução ao tema do livro, o autor denota a inocência de menino frente às complexidades das divisões raciais e étnicas é emblemática não apenas de sua juventude, mas também da persistente nebulosidade das justificativas ideológicas por trás desses conflitos. A conversa que o garoto tem com seu pai sobre a luta entre hutus e tutsis revela a perplexidade do garoto frente a conflitos que parecem arbitrários e sem sentido. Para

ele, criado em um contexto que teoricamente deveria estar livre das amarras coloniais diretas, a realidade de divisões tão marcantes baseadas em distinções étnicas e raciais é difícil de compreender. Isso ressalta como as narrativas coloniais, mesmo décadas após a independência, continuam a moldar as interações sociais e as percepções de identidade em Ruanda.

A inocência e curiosidade de Gabriel e sua busca por compreensão são contrastadas com a posição colonialista de seu pai francês, que, vindo de uma sociedade europeia, pode possuir uma perspectiva mais desapaixonada ou analítica dos conflitos, mas ainda assim é limitado por sua própria contextualização cultural e histórica mostrando que o real motivo para todo o conflito étnico eram as diferenças físicas e não o processo de coisificação promovido pela colonização baseado em teorias raciais e racistas. Esse diálogo inicial não só serve como um microcosmo das tensões maiores que permeiam o romance, mas também estabelece o tom para uma exploração mais profunda das repercussões da colonialidade que continuam a afetar o país. Outrossim, a conversa aponta para a complexa interação entre a memória histórica e a realidade contemporânea. Enquanto Gabriel luta para entender as razões por trás da animosidade entre hutus e tutsis, ele também é confrontado com a realidade de que as narrativas de divisão foram perpetuadas e, em alguns casos, exacerbadas por interesses pós-coloniais que se beneficiam da desunião. Isso sublinha a ironia de uma nação que, embora formalmente livre do domínio colonial, ainda vive sob o peso de sua herança colonial, uma colonialidade que se estende para além da independência política como uma forma de identidade "a posse em comum de um rico legado de memórias…, o desejo de viver em conjunto, a vontade de perpetuar, de forma indivisível, a herança que se recebeu." (RENAN, 1990, p. 19 apud HALL, 2019, p. 58), são características que formam a identidade fragmentada do personagem.

Expandir essa narrativa permite ao leitor vislumbrar não apenas as complexidades internas de Ruanda, mas também refletir sobre as maneiras pelas quais as histórias coloniais e pós-coloniais são contadas e recontadas, frequentemente com o intuito de servir a narrativas mais amplas de poder e dominação. O diálogo entre Gabriel e seu pai é, portanto, uma janela para o entendimento de que as lutas contemporâneas de Ruanda não podem ser vistas isoladamente, mas como parte de um continuum histórico que é tanto local quanto global. Na narrativa, Gaël Faye tece uma profunda reflexão sobre as consequências duradouras da infância em um cenário de genocídio, através da jornada do personagem Gabriel, que retorna a Ruanda-Burundi como adulto tanto em suas memórias da infância no decorrer da trama,

quanto fisicamente ao final do romance para confrontar as ausências de sua subjetividade. Movido pelo desejo de entender como os eventos traumáticos de sua juventude continuam a moldar sua identidade e sua capacidade de se integrar ao mundo, o personagem busca respostas e cura no país que deixou para trás. A viagem do personagem não é apenas física, mas uma odisseia emocional e psicológica que o confronta com memórias dolorosas que nunca foram totalmente resolvidas.

As lembranças de Gabriel, detalhadas no livro, não apenas capturam sua experiência pessoal durante os anos de conflito e genocídio, mas também refletem as tensões sociais e políticas que permeiam toda a sociedade de Ruanda. Essas memórias da infância são apresentadas como fragmentos de um passado tumultuado que, embora pessoais, são profundamente entrelaçadas com a história coletiva do país. Elas revelam como eventos históricos são internalizados por indivíduos, afetando profundamente suas percepções de si mesmos e de seus lugares no mundo. A culminação dessa jornada é o emocionante reencontro de Gabriel com sua mãe, que no romance simboliza a resistência tutsi contra as opressões raciais e ideológicas. Este encontro não é apenas um fechamento para Gabriel, mas também um poderoso símbolo de conexão com um passado tanto doloroso quanto heroico. A mãe, como um farol de luta e perseverança, ajuda a ancorar a identidade fragmentada de Gabriel, oferecendo-lhe um ponto de partida para reconciliar as várias facetas de sua existência.

Explorar mais profundamente as implicações emocionais e psicológicas do retorno de Gabriel poderia proporcionar uma visão mais rica da complexa tarefa de reconciliação com o passado. Ao detalhar suas interações, meditações e os desafios que enfrenta, o autor aprofunda a complexidade da busca pela identidade em um contexto marcado pelo trauma. Tais narrativas não só contextualizam a história pessoal dentro de eventos históricos mais amplos, mas também destacam como a literatura serve como uma ferramenta vital para compreensão e cura, tanto para nações quanto para indivíduos que passaram por traumas. A intenção do autor ao propor essa narrativa perpassou também pela noção de que ao deflagrar esse tema, ele iria fazer com que outros sujeitos se identificassem com a temática, revisitar o trauma foi a forma que ele encontrou para fazer com que a identidade que ele compartilha com outros sujeitos - que também é fragmentada - emergisse como algo que ainda é presente, bem como algo que precisa ser entendido por eles próprios a fim de encontrar uma solução ou aceitação para um conflito interno.

Se os autores decoloniais, como Achebe e Ngugi wa Thiong'o, encontraram em sua identidade fragmentada uma forma para recriar a sua identidade na perspectiva decolonial e aceitá-la como parte do processo e como algo que poderia ser benéfico na recriação da identidade africana, Faye desenvolve a partir do trauma a identificação entre os sujeitos ao retornar para uma lembrança de uma infância feliz antes de acontecer um genocidio em massa de todos os seus amigos, familiares e vizinhos. Por fim, a aceitação de Gabriel no final do livro ao reencontrar a sua mãe - que defendeu ao longo de toda a narrativa o seu lugar de refugiada em um outro país e em busca do sonho de voltar para o lugar ao qual ela pertencia: Ruanda - se torna a peça que faltava para ele conseguir se reconstruir e se adaptar ao mundo com a sua identidade. Localiza-se em torno dessa trama, em primeiro lugar, o diálogo dele com o pai para mostrar o motivo na visão do colonizador do porquê as etnias brigavam, em seguida, uma reflexão do Gabriel adulto em torno da sua identidade e por fim o autor traz novamente uma análise do adulto falando sobre se reconectar com o seu passado, sendo narrado a partir do seu reencontro com a sua mãe.

Na tapeçaria emocional e social que compõe o livro, a família materna de Gabriel ocupa um papel central, não apenas como personagens secundários, mas como figuras essenciais que exemplificam a devastação pessoal e coletiva causada pelo genocídio em Ruanda. A narrativa traz à tona os laços familiares de Gabriel, que são tragicamente desfeitos pelas forças brutais da guerra e da violência étnica. O personagem, em sua memória mais vívida sobre a sua família, os coloca como se fossem uma visão de um belo quadro que está pronto para ser despedaçado e em seguida fala sobre como essa visão foi destruída pelas forças da guerra que já estavam no enlace deles:

> “ela deu a partida e manobrou para sair do patiozinho. Antes de cruzar o portão, eu me voltei para dar tchau. Jeanne e Pacifique estavam em primeiro plano, de mãos dadas e em trajes de casamento. O pai de Jeanne permanecia imóvel. A cena parecia um quadro com aquela luz rosada de fim de tarde a iluminá-los lateralmente. O carro chacoalhava da esquerda para a direita e descia lentamente o caminhozinho de terra. Eles acabaram desaparecendo, engolidos pela ladeira.” (FAYE, 2018, p. 129)

> “Pacifique estava lá, estirado na grama, tinha acabado de ser fuzilado. O guarda me contou que, ao chegar a Gitarama, Pacifique tinha descoberto a mulher e toda a sua família assassinados no pátio da casa. Vizinhos tútsis que haviam escapado ao massacre acusavam um grupo de hútus, ainda na cidade, de terem cometido esse crime.” (FAYE, 2018, p. 154)

A descrição de sua família materna colocada pelo autor nesses trechos — os tios que morrem lutando pela Frente Patriótica Ruandesa (FPR), a tia que perde a vida junto com seus filhos durante o genocídio, e a avó — ilustra uma família marcada pela luta e pela perda, refletindo a experiência de muitas outras famílias em Ruanda. Essas mortes não são apenas estatísticas; elas têm rostos, nomes e histórias que Faye habilmente entrelaçam em sua narrativa, destacando a profundidade do trauma coletivo. A mãe de Gabriel, sobrevivente desse turbilhão de violência, entre elas a coisificação de sua subjetividade, emerge como um retrato da dor duradoura que muitos ruandeses enfrentaram após os horrores que testemunharam. Seu colapso em histeria e a subsequente incapacidade de recuperar-se plenamente são um testemunho pungente do impacto psicológico do genocídio. A luta dela com a perda inimaginável e o trauma não resolvido ecoa ao longo da narrativa, servindo como um lembrete sombrio das cicatrizes que o conflito deixou em sua psique e na comunidade. A partir da visão de Silva endossado por Levi:

> "O trauma é caracterizado por ser uma memória de um passado que não passa. O trauma mostra-se, portanto, como o fato psicanalítico prototípico no que concerne à sua estrutura temporal. Levi diz que neste hoje da sua escritura ele não está certo se os fatos (do Lager) de fato aconteceram. Este teor de irrealidade é sabidamente característico quando se trata da percepção da memória do trauma. Mas, para o sobrevivente, esta "irrealidade" da cena encriptada desconstrói o próprio teor de realidade do restante do mundo." (SILVA, 2008, p. 69)

A jornada emocional de sua mãe culmina em seu reaparecimento no final do livro, ainda visivelmente marcada pelo trauma e pela perda. A descrição de seu estado frágil e seus sonhos de um retorno à Ruanda de suas lembranças, agora impossibilitados pela realidade da morte de seus entes queridos, é uma poderosa alegoria para a nação de Ruanda. Assim como a mãe de Gabriel, muitos ruandeses foram deixados para sonhar com uma paz e normalidade que foram irrevogavelmente alteradas pela violência. Ao expandir essa parte da narrativa, pode-se explorar ainda mais as dinâmicas interiores da família de Gabriel e como cada membro enfrentou o genocídio de maneiras diferentes, cada um carregando seu próprio fardo de memórias e perdas. A rica tapeçaria de suas vidas fornece uma janela para a experiência coletiva de Ruanda, onde histórias pessoais e nacionais estão intrinsecamente entrelaçadas. Através dessas histórias, Faye não só documenta o impacto devastador do genocídio, mas também ilustra como o tecido social de uma nação pode começar a ser remendado através da memória, da narrativa e do luto compartilhado.

Outro ponto da família da Gabriel é o pai francês de Gabriel, que opta por permanecer no Burundi mesmo após enviar seu filho para a França e vivenciar o genocídio, evidencia uma série de questões sobre pertencimento, privilégio e identidade. Primeiramente, sua escolha de permanecer no Burundi sugere que ele encontra um certo conforto e vantagem em sua posição como europeu em um contexto pós-colonial. Ele reconhece que a vida que leva no Burundi, como europeu, oferece-lhe oportunidades e status que ele talvez não teria na França. Isso destaca uma forma de privilégio que muitos europeus mantiveram mesmo após a descolonização, onde sua nacionalidade e herança colonial lhes conferem uma posição de vantagem em relação aos habitantes locais. Ao mesmo tempo, nota-se também que o pai de Gabriel já não é mais a mesma pessoa que ele era quando chegou a Ruanda. Mesmo sendo europeu, não se pode colocar que ele não tenha mudado a sua identidade no processo de colonialidade com outros sujeitos, chegando até a formar matrimônio e construir uma família com uma mulher tutsi. Por outro lado, a sua escolha em ficar no Burundi não pode ser confundida com uma extrema ligação com o local e com as pessoas, o pai de Gabriel não se importa com o que está acontecendo, visto que ele somente se importa com os seus bens e tenta manter isso e a sua decisão desde o início do romance em permanecer no Burundi é para manter a sua fortuna e o legado da colonização em relação às diferenças étnicas, aspectos do trabalho e superioridade mantida pelas teorias racistas da época, como ele afirma:

> “moramos em casas bonitas, temos empregados, espaço para as crianças, um clima bom, os negócios andam bem. O que você quer além disso? Você nunca terá todo esse luxo na Europa. Acredite em mim, está bem longe de ser o paraíso que imagina! Por que acha que construiu a minha vida aqui há 20 anos? Por que acha que Jacques prefere ficar aqui a voltar para a Bélgica? Aqui, somos privilegiados. Lá, não seríamos ninguém.” (FAYE, 2018, p. 22)

Com isso, o romance de Faye propõe uma visão que abarca a perspectiva do personagem enquanto uma criança que está em processo de formação, sua mãe e a família materna que tem uma forte ligação com a sua cultura e com a Ruanda na qual eles viveram, além de manter o sonho de paz, e do pai francês que mantém a ideologia do colonialismo e pensa no território como um lugar para tirar proveito em virtude de outras pessoas marginalizadas. Entre essa situação familiar, o autor promove ao longo da narrativa uma discussão acerca das relações políticas e culturais envolvendo essas etnias fazendo uso da relação dos seus pais e da relação deles dois com os vizinhos e outras etnias dentro do lugar

onde vivem, bem como coloca um peso entre eles que ao mesmo tempo evidencia a falta de sentido da disputa e as consequências drásticas em torno dela e de como cada decisão tomada por uma das etnias, sendo política ou cultural, tem um peso maior que está ligado a quem eles são e também a como deveriam ser diante da situação dentro do contexto pós-colonial, como por exemplo a escolha da língua oficial ou o modelo de governo a ser seguido.

3.2. A visão de Faye sobre a fragmentação no romance:

"Meu Pequeno País" incorpora elementos ficcionais que ressoam com as experiências compartilhadas por muitos que sobreviveram ao genocídio em Ruanda, além de estar intrinsecamente ligada a história pessoal do autor. Esta abordagem permite que Faye explore temas universais de identidade, trauma e recuperação, enquanto mantém um nível de intimidade e autenticidade que só pode vir de alguém profundamente ligado ao contexto retratado. O romance de Faye não é apenas um relato autobiográfico; é uma representação artística que utiliza a ficção para examinar e responder a realidades complexas. Embora o núcleo da narrativa derive das próprias vivências de Faye, as histórias dos personagens e os eventos que ele descreve muitas vezes representam um amalgama de diversas experiências reais de sobreviventes do genocídio. Essa fusão da realidade pessoal com a ficção permite a Faye tratar de sentimentos e situações que, embora específicos em seus detalhes, refletem as angústias e desafios enfrentados por muitos durante e após o conflito.

Através do protagonista Gabriel, por exemplo, Faye explora o processo de construção da identidade em um mundo que foi irrevogavelmente alterado pela violência e pelo deslocamento. Gabriel, como muitos jovens de sua geração, teve que aprender a navegar em uma realidade onde as lembranças do passado traumático continuam a influenciar a vida cotidiana. Sua jornada é uma metáfora para a luta de muitos ruandeses para se adaptar a um mundo pós-genocídio, onde a busca por entendimento e cura é complicada pelas cicatrizes deixadas pela violência. Além disso, ao incorporar elementos fictícios que são comuns a outras pessoas que viveram o genocídio, Faye estende a relevância de sua narrativa. Ele cria um espaço no qual os leitores podem encontrar ecos de outras histórias verdadeiras, permitindo-lhes uma conexão mais profunda com o texto. Esses elementos ajudam a pintar um quadro mais amplo do impacto do genocídio, destacando não apenas as perdas imediatas, mas também as consequências duradouras sobre a psique e a sociedade. O romance traz uma visão da versão adulta de Gabriel logo após o diálogo dele com o seu pai francês com uma

passagem que demarca a relação do adulto com as suas memórias e como isso permite que ele se veja no mundo atual:

> “Estou obcecado por esse regresso. Nem um dia sequer se passa sem que eu deixe de me lembrar do país. Um som furtivo, um odor difuso, uma luz na parte da tarde, um gesto, às vezes um silêncio, tudo isso basta para despertar lembranças da infância. “Você não encontrará nada lá além de fantasmas e de um monte de ruínas”, não cansa de repetir Ana, que nunca mais quer ouvir daquele “país maldito”. Eu a escuto. Acredito nela. Sempre foi mais lúcida que eu. Então, aguento essa ideia da cabeça. Decido, de uma vez por todas, jamais regressar. Minha vida é aqui na França.
>
> Não moro mais em lugar algum. Morar significa fundir-se cabalmente a topografia de um lugar, aos meandros desiguais do ambiente. Aqui, não sinto nada disso. Apenas trânsito. Alojo-me. Hospedo-me. Albergo-me. Minha cidade é um dormitório funcional. Meu apartamento cheira a tinta fraca e linóleo novo. Meus vizinhos são autênticos desconhecidos, e nós evitamos cordialmente nos lances de escadas… uma cidade nova, tal como uma vida sem passado… vejo nela a causa da minha incapacidade de me adaptar ao mundo.” (Faye, 2018, p. 9-10)

A ficção e a realidade descrita nesse trecho, neste contexto, serve como um meio para explorar a realidade, pois permite uma investigação mais profunda dos sentimentos e pensamentos dos personagens de maneiras que um relato estritamente factual não poderia. Ela proporciona ao autor a liberdade de delinear intensamente a dor, a resiliência, e a complexidade do processo de cicatrização. O uso da ficção também facilita a abordagem de temas delicados de maneira sensível e respeitosa, oferecendo visões sobre a capacidade humana de superação e a importância da memória e do luto no processo de reconstrução pessoal e coletiva. Ao colocar que é apático ao mundo em que vive, a França e a sua vida e que seus pensamentos sempre retornam para a infância e para tudo o que ele passou durante esse momento, destaca a situação de não-pertencimento ao local onde ele habita e não vive de verdade. Isso localiza o personagem Gabriel como um sujeito moderno, mas fragmentado devido ao seu pensamento de viver mentalmente entre dois locais e nenhum deles ser suficiente para que ele crie uma identidade com o local onde fisicamente existe. Além disso, como o restante da narrativa oferece ao leitor a visão do Gabriel enquanto uma criança, é possível revelar essa não-identificação na infância com o meio que ele habita através de passagens como:

> “Quando estávamos os dois juntos, ele insistia que eu devia adquirir o que chamava de “identidade”. Segundo ele, havia uma maneira de ser, de sentir e de pensar que eu devia ter. Usava as mesmas palavras de Mamãe e Pacifique e repetia que ali não passávamos de refugiados, que precisávamos voltar para a nossa casa, para Ruanda.
>
> Minha casa? Minha casa era ali. Verdade, eu era filho de uma ruandesa, mas minha realidade era o Burundi, a escola francesa, Kinanira, a rua sem saída. O resto não existia. No entanto, com a morte de Alphonse e a partida de Pacifique, às vezes eu achava que esses acontecimentos também me diziam respeito. Mas eu sentia medo. Medo da reação de Papai se me ouvisse falar desses assuntos. Medo porque não queria bagunçar minha ordem das coisas. Medo porque se tratava de guerra e, na minha mente, isso só podia trazer desgraça e tristeza.” (Faye, 2019, p. 71-72)

A complexidade da identidade de Gabriel é habilmente tecida por Faye, explorando as nuances da dualidade e a falta de localização que o protagonista experimenta como é evidenciado nesse trecho, haja visto que o personagem não se identifica com as questões que são externas à vida que ele conhece. Este aspecto da narrativa oferece uma reflexão profunda sobre como as identidades são formadas em contextos marcados por histórias coloniais e pós-coloniais. Gabriel, crescendo entre culturas e influências divergentes, encarna a intersecção de várias identidades que não se alinham facilmente em categorias claras, definidas e resolvidas. Ao longo do romance, o leitor acompanha a jornada de Gabriel, percebendo como sua identidade é continuamente moldada pelas forças ao seu redor. Ele não se identifica plenamente nem com a Ruanda de sua mãe, nem com a França de seu pai, mas sim com o Burundi - o lugar que realmente chama de lar. Essa identificação com o Burundi é simbólica, refletindo o lugar físico e emocional onde ele encontra sentido e pertencimento. A rua sem saída e a escola francesa no Burundi são mais do que meros cenários; são espaços onde sua identidade é negociada e onde ele tenta compreender e conciliar as diversas influências que recebe.

O dilema de Gabriel também reflete as complexidades do legado colonial. De um lado, ele herda a definição étnica de sua mãe, marcada pela história e pelos conflitos de Ruanda. Do outro, ele carrega o legado "civilizador" do colonizador, uma herança de seu pai francês que traz consigo conotações de poder e dominação. Essas heranças são contraditórias e impõem a Gabriel o desafio de formar uma identidade própria em um mundo que ainda está se recuperando das cicatrizes do colonialismo. O posicionamento de Gabriel ilustra a complexidade de viver em um limbo identitário, um tema central do romance que ressoa com muitos leitores que se encontram em encruzilhadas culturais semelhantes. A narrativa de

Faye é eficaz ao mostrar como essa ausência de localização não é uma falha, mas uma característica de muitas identidades modernas, especialmente em contextos pós-coloniais onde as histórias e culturas são profundamente entrelaçadas com legados de poder e resistência.

Ao explorar essas dinâmicas, Faye conta a história de Gabriel - seu alter ego - e também provoca o leitor a refletir sobre as próprias noções de identidade, pertencimento e herança. O romance se torna um espelho que reflete as complexas interações entre o pessoal e o político, entre o individual e o coletivo, oferecendo uma visão mais matizada das realidades pós-coloniais. Essa abordagem enriquece significativamente a narrativa, transformando-a em uma exploração das formas pelas quais as pessoas negociam suas identidades em um mundo que continua a ser definido por histórias concorrentes e muitas vezes conflitantes. Gabriel, como figura central, personifica a busca por um sentido de identidade que é ao mesmo tempo único e universal, particular e global, evidenciando a contínua relevância e urgência de discutir e entender essas questões em uma sociedade contemporânea.

Como forma de resolução dessa fragmentação, o autor ao fim do romance faz uma nova análise com o Gabriel em sua fase adulta, mostrando como ele ainda pensa em retornar para o lugar do genocídio para enfim se curar de toda a mágoa e a ausencia que existem na vida dele. Ao fazer isso, o personagem encontra a sua mãe, que até o momento estava desaparecida depois de 20 anos que separaram o conflito e a volta do personagem ao Burundi. Esse encontro mostra ao personagem uma forma de se conectar com o seu passado, quase como uma resolução, porém a primeira frase que a mãe de gabriel fala é: “com uma ternura infinita, Mamãe repousa delicadamente a mão em meu rosto: “É você, Christian?”.”(FAYE, 2018, p. 188) relembrando o primo de Gabriel - que diferentemente dele não conseguiu fugir do país e foi morto no meio do conflito. Embora para Gabriel a situação tenha um final como resolvida ou ele tenha descoberto um caminho para resolvê-la, para a sua mãe os traumas do passado ainda são vivos e ela ainda não se desprendeu deles e nem poderá fazer isso, pois a vida que ela conhecia, ou seja, a sua identidade, foi destruída com o conflito.

3.3. A relação entre a identidade fragmentada da Gaël Faye e a produção do romance:

Gaël Faye, ao escolher o romance como meio para expressar sua subjetividade e memórias, demonstra uma profunda consciência das limitações e possibilidades de diferentes

formatos artísticos. Embora sua carreira musical no rap tenha proporcionado uma plataforma dinâmica para o engajamento e a expressão rápida de ideias, o formato literário oferece uma dimensão adicional de profundidade e detalhamento que a música não pode abranger completamente. Ao criar "Meu Pequeno País" como um romance, Faye optou por um veículo que lhe permitiu explorar com mais detalhes as nuances e complexidades de suas experiências e do contexto de Ruanda e dar continuidade ao que ele tinha proposto na música que dá o mesmo nome ao romance.

O romance, em contraste com a música, permite uma imersão mais lenta e profunda nos eventos e nas psiques dos personagens. Este formato oferece ao leitor o tempo necessário para absorver, refletir e reagir às situações descritas, estabelecendo uma conexão mais íntima e duradoura com a narrativa. Faye aproveita esta oportunidade para tecer uma tapeçaria rica em detalhes contextuais, históricos e emocionais, que transporta o leitor para o cenário vivido pelos personagens, permitindo uma compreensão mais completa dos impactos psicológicos e sociais do genocídio. Além disso, o livro proporciona a Faye a liberdade de construir mundos complexos e personagens profundamente desenvolvidos, algo que a música, com sua brevidade inerente e foco na síntese, muitas vezes não permite. A narrativa literária oferece um espaço para desenvolver tramas secundárias, diálogos internos dos personagens, e descrições detalhadas que enriquecem a narrativa principal e intensificam a realidade do universo do livro, conforme a descrição do personagem sobre a sua família como se fosse um quadro e em seguida os mesmos personagens do quadro aparecem em uma nova descrição, mas todos mortos.

Ao narrar as memórias através de um livro, Faye não apenas cria um registro permanente de suas reflexões e do contexto histórico de Ruanda, mas também engaja o leitor em um processo de descoberta e conexão emocional que é único ao meio literário. Essa escolha estratégica demonstra sua compreensão de que a literatura pode funcionar como uma ponte entre o pessoal e o universal, entre o autor e o leitor, catalisando um diálogo contínuo sobre temas de identidade, memória e resiliência humana. A percepção dele de que a história que ele queria contar não iria funcionar se fosse no formato musical, se dá, ademais, pelas longas narrações e fatos complexos que ele narra no romance, aspecto que ele destacou na entrevista concedida por ele a FLIP (Feira Literária de Paraty) no ano de 2019. Esses fatos são narrados a partir de suas memórias traumáticas e da sua relação com as cicatrizes do passado, essa transformação que o autor faz entre as suas memórias e a forma como ele se

sente em comparação a elas e os seus impactos na vida atual dele dão origem a um romance que só é possível devido a subjetividade do autor e a sua forma de sentir.

No romance o autor transcende as barreiras do espaço físico e mental ao criar uma narrativa que serve como um reservatório para suas memórias e sentimentos. Ao fazer isso, ele não apenas preserva suas experiências pessoais em uma forma que pode ser compartilhada e revisitada, mas também oferece um meio para que essas memórias possam existir e ressoar de maneira expansiva, alcançando um público que pode não ter vivenciado situações semelhantes e outro que pode se identificar com elas. Faye utiliza o romance como um canal para expressar e dimensionar as complexidades de suas emoções e experiências. Através deste meio, ele consegue explorar e articular o impacto profundo que eventos como o genocídio em Ruanda tiveram sobre ele, tanto diretamente quanto em termos de herança cultural e histórica. Este processo de escrita se torna terapêutico, mas também funcional, pois transforma a memória pessoal em algo que possui uma vida própria, independente do autor. Com isso, ele, assim como Gabriel, pode achar uma forma de se reconectar com o seu passado e tentar dar um novo significado a sua experiência do presente, tendo deixado claro para si mesmo que o que aconteceu com, embora seja um evento infeliz, faz parte de sua trajetória como um sobrevivente.

O romance permite que essas memórias sejam armazenadas e acessadas em um "lugar" que não é limitado pela realidade física ou pelas limitações do pensamento humano. É um espaço criado pela linguagem e pela imaginação, onde as experiências podem ser continuamente reexaminadas e reinterpretadas. Este espaço literário se torna um domínio onde o passado e o presente podem coexistir e interagir, oferecendo novas perspectivas e perspectivas tanto para o autor quanto para o leitor. Ao situar suas memórias dentro deste espaço literário, Faye não apenas garante que elas sejam preservadas, mas também que elas possam ser exploradas por outros. Isso permite que o romance funcione como uma ponte entre culturas e gerações, destacando a universalidade dos temas de perda, identidade e resiliência. Os leitores são convidados a entrar neste espaço não físico e a experimentar, em algum nível, o que o autor e os personagens viveram, o que pode promover uma maior empatia e compreensão.

A relação entre decolonialidade e o romance de Faye fica impressa na sua decisão de mostrar uma nova face de uma história já contada a partir da visão de quem realmente viveu ela na posição de sujeito colonizado ou que sofreu com as marcas da colonialidade. A linha

adotada por ele no romance sugere que esse é um relato que abre espaço para que o tema seja novamente discutido e revisto, colocando discursos marcados pelos colonizadores e a sua cosmovisão dos conflitos étnicos de Ruanda, o sofrimento dos parentes de Gabriel em concluir que embora queiram voltar para Ruanda o sonho não se torna possível devido ao massacre e também pela fuga do próprio Gabriel para outro país par a não ser morto. Essas cenas do romance, que estão ligadas com a história pessoal do autor, tão logo com a realidade de outros tútsis e hútus expressa a sua posição política em repudiar e tentar a partir do retorno a essas memórias, reconstruir a sua identidade e entender o seu lugar no mundo.

Considerações Finais:

Neste trabalho, explorei a complexidade da identidade fragmentada de indivíduos submetidos a condições de colonização e colonialidade, e como essas condições moldaram suas identidades. Para ilustrar concretamente esses conceitos, utilizei o livro do autor franco-ruandês Gaël Faye, que não apenas vivenciou essas realidades, mas também as retratou através de sua obra literária. A análise focou nas relações entre memória, identidade fragmentada e subjetividade, demonstrando como a literatura pode servir como um meio para expressar e processar tais experiências. A obra de Faye oferece uma perspectiva valiosa sobre como as cicatrizes deixadas pela colonização e pela persistência da colonialidade continuam a influenciar as identidades pessoais e coletivas, destacando a importância da memória na reconstrução de identidades fragmentadas. Este estudo evidencia que, por meio da literatura, é possível explorar profundamente as nuances da subjetividade moldada em contextos pós-coloniais.

A partir da análise do romance de Gaël Faye, torna-se evidente que a escolha da linguagem e as técnicas narrativas empregadas pelo autor não são meramente estilísticas, mas funcionam como táticas deliberadas para desafiar e desestruturar as estruturas residuais da colonialidade. Ao narrar sua experiência como mestiço tutsi-francês, Faye emprega a literatura como uma ferramenta de resistência contra as imposições coloniais, redefinindo as narrativas do genocídio e oferecendo uma nova perspectiva sobre esses eventos históricos. O livro faz mais do que simplesmente contar uma história; ele questiona e subverte as narrativas estabelecidas, utilizando a subjetividade do autor para desafiar os relatos eurocêntricos do conflito. Faye explora a complexidade de sua identidade mestiça, utilizando sua posição única para ponte entre culturas e oferecer um relato mais nuanceado e multifacetado dos eventos que ele descreve. Esta abordagem proporciona aos leitores não apenas uma história pessoal de sobrevivência e identidade, mas também uma crítica às narrativas coloniais que frequentemente dominam a compreensão ocidental de eventos não-ocidentais.

Ademais, o romance serve como uma conexão vital entre o passado e o presente, ajudando outras pessoas a reconectar-se com suas próprias histórias e identidades. Através das páginas do livro, Faye oferece um espaço para reflexão e diálogo, incentivando os leitores a reconsiderar suas próprias percepções sobre história e identidade. A narrativa não é apenas um registro de memórias; é um convite à introspecção e ao questionamento crítico, proporcionando aos leitores a oportunidade de explorar o impacto duradouro da colonialidade

em suas próprias vidas e nas estruturas sociais ao seu redor. Por fim, a obra de Gaël Faye destaca o poder da literatura como meio de resistência cultural e descolonização epistemológica. Ao optar por contar sua história através de um romance, Faye não só preserva sua memória pessoal e coletiva, mas também desafia os leitores a engajarem-se ativamente na desconstrução de preconceitos e na reconstrução de uma compreensão mais equitativa e inclusiva da história. Assim, sua narrativa funciona como uma tática eficaz para desmantelar as persistências da colonialidade e reafirmar a identidade num mundo que ainda está à sombra do seu passado colonial.

Notoriamente, as discussões acerca desse tema e de como os pontos apresentados aqui se relacionam, não se encerram. Apesar de trazer com esse trabalho uma contribuição a essa discussão, as possibilidades dentro desse tema não se esgotam e podem ser aprofundadas no sentido de explorar mais a relação entre a sensibilidade do autor e a sua obra, a reação do autor ao fazer um romance como forma de transgredir a estrutura dominante e até mesmo a possibilidade de dar uma nova perspectiva para uma história que não é narrada costumeiramente como oficial.

Referências:

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *In*: Estudos históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

CÉSAIRE, Aimé. Discurso sobre o colonialismo. Companhia das Letras - São Paulo, 2010, p. 87.

FAYE, Gaël. Meu pequeno país. Rádio Londres - Rio de Janeiro, 2018, p. 208.

CERTEAU, Michel. A invenção do cotidiano. Editora Vozes - São Paulo, 2002, p. 300.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Sensibilidades no tempo, tempo das sensibilidades. *In*: Tempos Acadêmicos, n.3, p. 127-134, 2005.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Lamparina - São Paulo, 2019, p. 60.

FONSECA, Danilo F. Colonialismo em Ruanda (África): entre a exploração e a valorização (1914-1962). *In*: Rev. Hist. UEG - Porangatu, v. 5, n. 2, p. 199-218, ago./dez. 2016

FONSECA, Danilo F. Etnicidade de Hutus e Tutsis no Manifesto Hutu de 1957. *In*: Cadernos de História, Belo Horizonte, v. 17, n. 26, 1º sem. 2016, p. 221-250.

SANTOS, Boaventura S. Pós colonialismo, decolonialidade e epistemologias do Sul. *In*: Descolonizar: abrindo a história do presente, trad. Luis Reyes Gil. - Belo Horizonte, MG : Autêntica Editora ; São Paulo, SP : Boitempo, 2022, p. 17-96.

CROWDER, Michael. A África sob domínio britânico e belga. *In*: História Geral da África, VIII: desde 1935, ed. Ali A. Mazrui e Christophe Wondji. – Brasília : UNESCO, 2010, p. 89-121.

M'BOKOLO, Elikia. A África Equatorial do oeste. *In*: História Geral da África, VIII: desde 1935, ed. Ali A. Mazrui e Christophe Wondji. – Brasília : UNESCO, 2010, p. 229-260.

SAID, Edward. Cultura e Imperialismo. Tradução Denise Bottmann. — São Paulo : Companhia das Letras, 2011.

PEREIRA, Danielle C. M. Literatura, lugar de memória. In: Soletras Revista, No. 28, jun-dez. 2014, p. 344-355.

SILVA, Márcio Seligmann. Narrar o trauma - a questão do testemunho de catástrofes históricas. *In:* PSIC. CLIN., RIO DE JANEIRO, VOL.20, N.1, 2008, p. 65 – 82.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: Lander, Edgardo (org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 117-142.